

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE - CAA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

CATIANE DA SILVA BARROS

**A IMPORTÂNCIA DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
PARA A INCLUSÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: O CASO
DA ASSOCIAÇÃO CASA DAS MULHERES EM GRAVATÁ-PE.**

Caruaru, 2015

CATIANE DA SILVA BARROS

**A IMPORTÂNCIA DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
PARA INCLUSÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: O CASO DA
CASA DAS MULHERES DE GRAVATÁ-PE.**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Bacharelado em Ciências Econômicas, sob a orientação do Professor Marcio Miceli Maciel de Sousa.

Caruaru, 2015

Catálogo na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

B277i Barros, Catiane da Silva.

A importância dos empreendimentos de economia solidária para a inclusão das mulheres no mercado de trabalho: o caso da Casa das mulheres em Gravatá-PE. / Catiane da Silva Barros. - Caruaru: O Autor, 2015.

62f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Márcio Miceli Maciel de Sousa.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2015.

Inclui referências bibliográficas

1. **Economia Social.** 2. Mulheres – Gravatá (PE). 3. Mercado de trabalho. I. Sousa, Márcio Miceli Maciel de. (Orientador). II. Título

330 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2015-162)



**Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Departamento de Economia**

**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE MONOGRAFIA DA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE:**

CATIANE DA SILVA BARROS

A comissão examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, candidata Catiane da Silva Barros **APROVADA**

Caruaru-PE, 20 de Agosto de 2015

Prof. Msc. Marcio Miceli Maciel de Sousa
Orientador

Prof. Dr^a. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa
UFPE/CAA

Prof. MSC. José Valdecy Guimarães Júnior
UFPE/CAA

Dedico esse trabalho a minha família por todo incentivo e companheirismo que foram fundamentais para que esse trabalho fosse realizado.

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom e amado Deus por me permitir viver e suportar com força e fé cada dificuldade e cada conquista enfrentada durante todo o período acadêmico, por ouvir minhas preces e sempre me inspirar em todos os momentos.

Aos meus familiares, em especial, aos meus queridos pais Josias e Gilvanete, por terem me dado uma educação digna, sempre me ensinado a não desistir dos desafios e confiar sempre em meu potencial. As minhas adoráveis irmãs Caroline e Carine, que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando, bem como por todas as palavras de carinho. À minha sobrinha Ana Clara por todo amor que foram fundamentais quando estava triste e, a toda a minha família, que direta ou indiretamente me ajudou a alcançar os meus objetivos.

Ao meu amado esposo Rosemberg que aguentou todos os meus estresses e mau-humor, durante todo esse tempo, que sempre depositou confiança em mim e por estar sempre vibrando comigo a cada vitória e incentivando quando algo parecia dar errado.

Aos Professores com quem tive o prazer de estudar, pelos ensinamentos passados e experiências compartilhadas, em especial ao meu orientador Professor Marcio Miceli Maciel de Sousa, uma pessoa verdadeiramente humana, que sempre esteve pronto para ajudar seus alunos, toda a minha admiração e gratidão pelas palavras de incentivo e pelas valiosas orientações para a realização desse trabalho.

À todos os companheiros de trabalho, pelos momentos de descontração dos quais me faziam diminuir a tensão nos momentos de dificuldade, pelo carinho e pela atenção que todos têm comigo, aos meus chefes que permitiram horários flexíveis para que eu pudesse realizar as atividades da Universidade.

Aos meus colegas da Universidade que durante todos esses anos compartilharam as dificuldades e as conquistas e entre os erros e acertos fomos companheiros, com muito carinho agradeço a minha amiga Emanuelle por toda paciência e dedicação e que junto com sua irmã Emanuella me aguentaram tantas vezes em sua casa, com minhas infinitas dúvidas. Uma parte dessa conquista vem de vocês. A todos os amigos que conquistei durante esses cinco anos, mesmo com nossas diferenças sempre buscamos ajudar um ao outro.

As mulheres da Associação Casa das Mulheres de Gravata que me acolheram tão bem e disponibilizaram do seu tempo para que a pesquisa pudesse ser realizada, em especial a Dona Bernadete atual coordenadora pelo seu carinho e atenção.

Em fim a todos os meus amigos e parentes que sempre acreditaram no meu potencial.

“Os que confiam no Senhor serão como o monte de Sião, que não se abala, mas permanece para sempre.”

(Salmos 125:1)

RESUMO

O presente trabalho tem o propósito de propor uma reflexão sobre a relevância dos empreendimentos de Economia Solidária para inclusão das mulheres no mercado de trabalho, trazendo em questão a experiência da Associação Casa das Mulheres de Gravatá. Ao se fazer uma análise histórica de como a sociedade se utilizou das experiências autogestionária para fugir do desemprego que se instaurou com a propagação do capitalismo competitivo, verifica-se a importância do trabalho coletivo para amenizar os efeitos desastrosos causados pelo excesso de pragmatismo. Destaca-se, portanto, a presença das mulheres nesses empreendimentos que pregam a igualdade de gênero, a cooperação e a solidariedade, pois elas trazem consigo um histórico de discriminação e desigualdade no desenvolvimento de suas atividades profissionais, o qual aos poucos vem se modificando, mas ainda constitui-se em uma grande injustiça social. Nesse sentido, o trabalho buscou investigar através da experiência vivenciada pelas integrantes da Associação Casa das Mulheres de Gravatá, como os empreendimentos solidários, tem contribuído para que as elas consigam alcançar melhorias financeiras e pessoais em suas vidas. Para que os resultados pudessem ser obtidos, realizou-se em um primeiro momento, uma breve caracterização do município de Gravatá em suas diversas dimensões, a partir da coleta de dados no IBGE e CONDEPE/FIDEM, bem como foi elaborado e aplicado um questionário junto a 30 mulheres no município de Gravatá, visando traçar um perfil socioeconômico das participantes, bem como obter informações sobre o trabalho realizado na associação e os principais problemas enfrentados pelo empreendimento e os seus colaboradores. Constatou-se, então, que a prática dessas iniciativas tem trazido transformações benéficas para as mulheres, onde através da democracia e do trabalho coletivo elas tem conseguido remodelar suas vidas e alcançar uma ascensão social e econômica.

Palavras-chaves: Economia Solidária, Mulheres, Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

This paper aims to propose a reflection on the significance of Solidarity Economy enterprises for inclusion of women in the labor market, bringing into question the experience of the Association of Women House of Gravesend. When making a historical analysis of how society used the self-managed experiences to escape unemployment which arose with the spread of competitive capitalism, there is the importance of collective work to mitigate the disastrous effects caused by excessive pragmatism. Therefore noteworthy is the presence of women in these enterprises who preach gender equality, cooperation and solidarity, as they bring with them a history of discrimination and inequality in the development of their professional activities, which gradually has been changing, but still it is in a great social injustice. In this sense, the study investigated through the experience lived by the members of the Association House of Women Gravesend, such as solidarity enterprises, it has contributed to that they are able to reach personal and financial improvements in their lives. So that the results could be obtained, was held at first, a brief description of Gravesend municipality in its various dimensions, from the data collection in the IBGE and CONDEPE / FIDEM and was developed and implemented a questionnaire together with 30 women in the town of Gravesend, aiming to draw a socioeconomic profile of participants as well as information on the work done in the pool and the main problems faced by the enterprise and its employees. It was found then that the practice of these initiatives has brought changes beneficial to women, where through democracy and the collective work they have managed to reshape their lives and achieve social and economic rise.

Key words: Solidarity Economy, Women, Work Market.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 Quantidade de Empreendimentos de Economia Solidária por região comparando o mapeamento de 2005-2007 ao 2010-2013. | 32 |
| Tabela 2 Empreendimentos de Economia Solidária por tipo de Organização de 2010-2013. | 37 |
| Tabela 3 Participação de Homens e Mulheres nos EES 2005-2007 e 2010-2013..... | 38 |
| Tabela 4 Índice de Gini no Município de Gravatá para os anos 1991, 2000 e 2010. | 46 |
| Tabela 5 Renda Familiar das Mulheres da Associação Casa das Mulheres de Gravatá. | 52 |

LISTAS DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 Evolução do PIB Nominal de Gravatá no Período 2002-2012. | 42 |
| Gráfico 2 Participação das Atividades Econômicas no PIB do Município de Gravatá no Período 2002-2012..... | 43 |
| Gráfico 3 Evolução do PIB Per Capita Nominal de Gravatá no Período 2002-2012 | 44 |
| Gráfico 4 Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- IDHM nos Períodos 1991, 2000 e 2010..... | 45 |
| Gráfico 5 -Faixa Etária das Associadas Entrevistadas da Associação Casa das Mulheres de Gravatá. | 50 |
| Gráfico 6 Nível de escolaridade das Associadas da Casa das Mulheres de Gravatá..... | 51 |
| Gráfico 7 Situação da Moradia das Mulheres Pertencentes à Associação Casa das Mulheres de Gravatá..... | 52 |

LISTAS DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AAG – Associação de Artesões de Gravatá

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão

AOIP – Associação de Trabalhadores em Instrumentos de Precisão

BDE – Base de Dados do Estado

EES – Empreendimentos de Economia Solidária

GAMR – Grupo de Apoio aos Meninos de Rua

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 Objetivos..... | 15 |
| 1.1.1 Objetivo Geral..... | 15 |
| 1.1.2 Objetivos Específicos | 16 |
| 2. METODOLOGIA | 17 |
| 3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA..... | 18 |
| 3.1. Economia Solidária e os Primeiros Indícios do Cooperativismo | 21 |
| 3.2. A diferença entre a Economia Solidária e a Economia Capitalista..... | 23 |
| 4. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL | 26 |
| 4.1. As Principais Características dos Empreendimentos de Economia Solidária. | 32 |
| 4.2. Cooperativismo e o Associativismo: Fortes Influências para a Classe Feminina. | 34 |
| 5. ANÁLISE DE UM EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM GRAVATÁ: ASSOCIAÇÃO CASA DAS MULHERES DE GRAVATÁ..... | 40 |
| 5.1. Breve Caracterização do Município de Gravatá..... | 40 |
| 5.2. Associação Casa das Mulheres de Gravatá | 47 |
| 6. RESULTADOS | 50 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 55 |
| 8. REFERÊNCIAS..... | 57 |
| 9. ANEXOS..... | 61 |

1. INTRODUÇÃO

As primeiras iniciativas de trabalho coletivo e autogestionário começaram a ser desenvolvidas, a partir da união de muitos trabalhadores, que perderam seus empregos e tantos outros que estavam insatisfeitos, com as más condições de trabalho em que viviam, em meio a grande revolução industrial. Pensadores socialistas do século XIX como Saint-Simon (1760 – 1825), Robert Owen (1771 – 1858) e Charles Fourier (1772 – 1837), passaram a estudar e pesquisar maneiras de se formar uma sociedade mais justa e igualitária. (RIQUE, 2010).

As contribuições dos pensadores científicos Karl Marx (1818 - 1883) e Friedrich Engels (1820 - 1895) fortaleciam uma proposta de mudança social em que os trabalhadores seriam o centro da teoria. A primeira experiência de cooperativismo foi vivenciada pelos trabalhadores na Europa, com a formação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, onde a união dos esforços dos trabalhadores frente ao desemprego fez com que a cooperativa obtivesse um bom desempenho, e o exemplo se espalhou por muitos países, tendo os princípios semeados por eles, validade e influência até os dias atuais. (VEIGA e FONSECA, 2001).

No Brasil, país detentor de uma história permeada de grande desigualdade social e um alto índice de desemprego, foram identificadas iniciativas que buscavam a transformação dessa realidade indesejada, acentuada pelo surgimento e desenvolvimento de máquinas avançadas, as quais eram poupadoras de mão-de-obra e alimentavam o pior problema do capitalismo contemporâneo (SINGER, 2012)

Tendo em vista a grande crise do trabalho que se propagou no país no final da década de 1970, devido a crise do petróleo, os trabalhadores sentiam a necessidade de buscar novas oportunidades de ganhos, e encontraram nas iniciativas de economia solidária uma maneira de amenizar os efeitos desastrosos causados pelo capitalismo. As entidades, os sindicatos, os movimentos sociais e a igreja foram os primeiros grupos a incentivar o desenvolvimento de atividades coletivas e autogestionárias, ou seja, atividades com a participação de todos nas decisões com igualdade de poder, onde cada sócio tem direito a um voto (SINGER, 1998).

Na plano intelectual e acadêmico, Paul Singer é um dos grandes defensores da Economia Solidária no Brasil. Segundo este autor “No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. (...) Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a economia solidária ressurgiu no

meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva” (SINGER, 1998, p. 301).

Vivencia-se desde então o crescimento significativo no número de movimentos socioeconômicos de iniciativas solidárias que buscam promover a cooperação entre homens e mulheres e incentiva-los a formar cooperativas e associações, onde o conceito de cooperar está ligado a ajuda mútua e união de esforço para um desenvolvimento justo e igualitário (ROSSI, 2005).

As práticas de trabalho autogestionário desenvolvidas dentro dos empreendimentos solidários tem um caráter educativo, onde os trabalhadores são impulsionados a rever seus comportamentos diante do outro trabalhador, são ensinados a compartilhar suas experiências e o trabalho em grupo, gerando trabalho e renda para todos. Suas ações passam ser coletivas e conduzidas pelos princípios de igualdade e solidariedade (SINGER, 2000.a). Atitudes bem diferentes das propostas pelas empresas capitalistas, as quais incentivam o individualismo, a ganância por lucros, a competição entre os trabalhadores, para obter promoções e benefícios dentro das empresas (SINGER, 2012)

Arruda (1996) defende o cooperativismo e o associativismo autogestionários como empreendimentos estratégicos, tendo o poder de promover transformações benéficas para a sociedade, capazes de mudar o cenário de centralização do capital. Neste sentido, Paul Singer (2012, p.44) afirma que “A cooperativa ou associação solidária não distribui e nem acumula lucros, que são por definição a remuneração dos capitalistas. Como na cooperativa não há capitalistas, mas apenas trabalhadores, a categoria lucro não existe e, portanto não é o objetivo desta espécie de empreendimento”.

Um outro ponto importante destacado pela Economia Solidária é sobre a igualdade de gêneros, nos projetos desenvolvidos nos empreendimentos solidários. A participação cada vez mais assídua das mulheres na Economia Solidária, assumindo cargos de confiança, vem a fortalecer as lutas contra discriminação entre homens e mulheres, que foi se formando ao longo dos tempos por uma cultura machista de que as mulheres não tinham a inteligência, a força e o empenho necessários para ocupar certos cargos (SINGER, 2012).

Já a autora Guérin (2005) faz uma reflexão de que muitas vezes as mulheres são motivadas a procurar esse tipo de empreendimento, devido às dificuldades de se conciliar a vida profissional com a familiar, onde o mercado de trabalho convencional muitas vezes não possibilita essa flexibilidade, encontrada nas associações e cooperativas, onde o bem estar da família é levado em consideração.

É com base nos princípios propostos pela Economia Solidária onde estão inseridos o trabalho coletivo, a cooperação, a igualdade de gênero e a solidariedade, que se observa em muitos empreendimentos os benefícios econômicos, sociais e as conquistas de direitos de homens e mulheres, frente ao capitalismo que exclui e divide a sociedade. É através desses resultados benéficos que destaca-se a relevância desses empreendimentos na vida cotidiana.

O presente trabalho está estruturado em partes, sendo a primeira delas a Introdução. A segunda seção corresponde aos aspectos metodológicos. Em seguida, aparece o referencial teórico, o qual se encontra dividido em três capítulos. O primeiro aborda a história da Economia Solidária, propondo uma reflexão a respeito dos primeiros indícios da Economia Solidária presentes nas experiências do cooperativismo em âmbito mundial, apontando as principais diferenças entre a Economia Solidária e a Economia Capitalista.

No segundo capítulo do referencial discutiu-se o surgimento da Economia Solidária no Brasil e as principais experiências que contribuíram para o seu fortalecimento. Além disso, o capítulo se subdivide expondo as características principais que estão inseridas nesses empreendimentos, como também trazendo uma reflexão da influência das cooperativas e das associações nas vidas das mulheres.

No terceiro e último capítulo do referencial, é relatada uma experiência de Economia Solidária, presente no Agreste de Pernambuco, mais especificamente no município de Gravatá, referente a Associação Casa da Mulher. Esta seção se inicia com uma breve caracterização socioeconômica do Município onde a associação está localizada, em seguida a associação é analisada como um empreendimento solidário.

Depois do referencial vem a seção de resultados, onde se verifica como esses empreendimentos tem sido uma possibilidade de geração de trabalho, renda e transformação pessoal para as mulheres da associação como também os benefícios auferidos por toda a comunidade. A última parte é dedicada as considerações finais.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a importância dos empreendimentos de Economia Solidária para um desenvolvimento igualitário e justo com o foco nos impactos desses empreendimentos na vida das mulheres que participam da Associação Casa das Mulheres de Gravatá.

1.1.2 Objetivos Específicos

Abordar as características e os fundamentos da Economia Solidária para uma melhor compreensão sobre o tema, como também destacar a importância das instituições e do governo para que essas iniciativas possam cada vez mais incentivar o trabalho coletivo e solidário, minimizando assim desigualdade de gênero e a pobreza.

Identificar de que maneira esses empreendimentos têm influenciado as mudanças na vida das mulheres que escolhem esse tipo de experiência de trabalho como complemento de renda e realização pessoal.

2. METODOLOGIA

O trabalho teve início a partir da revisão da literatura, a qual foi realizada mediante consulta a artigos científicos contidos em periódicos e anais de congressos, livros e sites de instituições como o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Esta revisão bibliográfica discutiu questões como: a) a economia solidária em uma perspectiva histórica; b) As diferenças existentes entre a economia solidária e a economia capitalista tradicional; c) as principais experiências no Brasil e a evolução da economia solidária ao longo do tempo no país.

Em um segundo momento, foi elaborada uma breve análise das questões socioeconômicas do município de Gravatá a partir da consulta de dados ao IBGE Cidades e o CONDEPE/FIDEM, mais especificamente, a Base de Dados do Estado – BDE. Dentre as variáveis selecionadas para acompanhamento de sua evolução, estão: população, PIB, renda per-capita, Índice de Gini, IDH entre outras.

A pesquisa de campo se deu a partir da elaboração de um questionário (presente na seção de anexos) aplicado junto a 30 das 50 mulheres que fazem parte da associação Casa das Mulheres de Gravatá. Este instrumento de coleta trouxe questões objetivas referentes a: faixa-etária, nível de escolaridade, situação do domicílio e renda familiar, bem como subjetivas em referentes ao apoio prestado pela esfera pública, as linhas de financiamento e os principais desafios enfrentados pelo empreendimento escolhido.

3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.

A ambição da burguesia pela obtenção de maiores lucros e por uma produção em massa fez com que ocorressem inúmeras transformações na sociedade, pois o que antes era produzido apenas manualmente passou a ser produzido com o auxílio das máquinas, em um regime de divisão social do trabalho e presença da mais-valia absoluta, relativa e extraordinária.

Entre os séculos XVIII e XIX com a ocorrência da grande revolução industrial, a máquina a vapor passa a ser de grande utilidade para o desenvolvimento do capitalismo, o qual veio acompanhado da crise do trabalho. Os produtores querendo alcançar cada vez mais lucros passavam a explorar os trabalhadores, forçando-os a trabalhar mais de 15 horas por dia e eles se submetiam a exploração para conseguir o sustento por mais que os salários fossem baixos. Neste sentido, os trabalhadores estavam cada vez mais insatisfeitos com as condições de trabalho precárias as quais eram submetidos, buscando novas alternativas para a obtenção de renda (OCB/SESCOOP, 2007).

Uma grande crise começou a ser instaurada e os trabalhadores que lutavam por uma sociedade sem exclusão social, sem exploração da mão de obra e a fuga do capitalismo desenfreado, buscaram apoio nos líderes operários que formaram associações de caráter assistencial, que surgiam na época como alternativas de melhorias (OCB/SESCOOP, 2007).

Dentro deste contexto foram iniciadas várias reflexões, discussões e debates sobre os direitos e deveres dos trabalhadores. Neste sentido, muitos movimentos surgiram, buscando uma sociedade mais igualitária, que visava à valorização do “ser”, deixando de lado o “ter” objetivo de uma sociedade materialista como a capitalista. Esse movimento contrário a essência do sistema foi reconhecido nas últimas décadas no Brasil como Economia Solidária, um modelo de gestão participativo e democrático.

Dentro desse contexto fala Paul Singer (2000, p.13):

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre a posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização.

Voltando a questão mundial, as primeiras experiências que tiveram seus princípios de economia solidária começaram a ser vivenciadas há muitos anos por muitas comunidades e associações, buscaram alternativas para fugir dos efeitos negativos da revolução industrial que excluía a classe trabalhadora, deixando-os cada vez mais dependente de uma pequena parte da sociedade, composta pelos capitalistas.

Vários pensadores surgiram ao longo do século XIX em meio à crise da revolução industrial, e dedicaram suas vidas a pesquisar sobre uma maneira de construir uma sociedade de iguais. Estes autores foram responsáveis pelos primeiros pensamentos socialistas, entre os mais conhecidos estão: Saint-Simon (1760 – 1825), Robert Owen (1771 – 1858) e Charles Fourier (1772 – 1837). (RIQUE, 2010).

No pensamento de Saint-Simon¹ (1760 – 1825) verifica-se uma luta contra a pobreza e as desigualdades sociais, o que demandaria uma reformulação nos papéis dos produtores (proprietários) e ociosos (operários), onde os primeiros poderiam produzir livremente desde que assumissem o compromisso de minimizar os impactos sociais, buscando a melhoria de vida dos trabalhadores. Com o compromisso aceito, acreditava Simon que seria possível ter um equilíbrio entre os interesses industriais e o bem estar da sociedade, o grande desenvolvimento estaria nas mãos dos trabalhadores mais esses por ventura precisavam ser guiados. (RIQUE, 2010).

O pensador Charles Fourier (1772 - 1837) defendia o trabalho coletivo, onde os talentos e o prazer individuais trabalhados juntos moldariam uma sociedade mais justa. Foi um crítico da burguesia por ter optado por um modo de produção baseado na especialização do trabalho, o qual ia de encontro aos princípios do modo associativo e cooperativo. Ele propunha que cada associado deveria receber conforme sua participação no capital, na terra e na mão de obra, onde seria levado em conta primeiramente o capital investido e a terra, depois a mão de obra e por terceiro a capacidade e o talento. (RIQUE, 2010)

O britânico Robert Owen² (1771 – 1858) acreditava que seria necessária a implementação de melhorias nas condições de vida dos trabalhadores e no ambiente de

¹ Saint-Simon nasceu em Paris, 1789, nome: Claude Henry de Rocvroy, Conde de Saint—Simon. Sua aventura começa na América do Norte, onde toma parte na guerra da independência. Prossegue para América Central e depois para a França durante a revolução. Em 1789, adere ao partido das ideias novas. Abandona seus títulos de nobreza e passa a ser chamado de “cidadão Bonhomme”. Enriquece especulando os bens do Estado, e é aprisionado e liberto no Termidor. No século XIX Saint-Simon acredita-se o messias com a missão que consistiria em dar ao mundo um projeto de renovação. Faleceu em 1825. HUGON, Paul. História das Doutrinas Econômicas. 4ª Ed. Editora Atlas S.A.; São Paulo, 1992.

² Robert Owen (1772-1858) nasceu no País de Gales, provindo de uma família de modestos artesãos. Aos 30 anos co-proprietário e diretor de uma indústria escocesa. Começou a pôr em prática, na própria indústria suas concepções sociais e econômicas. Entre 1817 e 1822 em Londres tenta convencer as autoridades inglesas da necessidade das reformas indispensáveis. Partiu em seguida para a América do Norte, onde fundou a Nova

trabalho, portanto era preciso mudanças sociais que viessem a fortalecer a harmonia e a cooperação entre todos que faziam parte da força de trabalho, para que juntos viessem a impor barreiras às ações cruéis do temido capitalismo. Foi assim que Owen decidiu, como forma de dar o exemplo, em sua fábrica, reduzir a jornada para 10 horas de trabalho por dia, bem como melhorar os ambientes de trabalho. Mesmo que esse modelo de gestão não tenha resistido aos entraves da época, Owen conseguiu lançar ideias que mostravam a necessidade das empresas oferecerem melhorias de condições de vida dos trabalhadores, contribuindo para despertar uma maior consciência nas pessoas. (RIQUE, 2010).

Embora os pensamentos desses socialistas fossem os mesmos, eles tinham tomado caminhos diferentes, mas lutavam com o mesmo propósito de formar uma nova sociedade com igualdade social, acabando, portanto, com os conflitos entre proletários e burgueses. As proposições e mudanças estruturais impostas por esses pensadores não obtiveram o sucesso esperado e acabaram por fracassar em suas experiências.

Marx (1974) considerava-os socialistas utópicos³ para diferencia-los dos socialistas científicos do qual fazia parte, mas as atribuições defendidas por esses pensadores foram de suma importância para que novas ideias de organização econômica fossem formadas visando o cunho social e democrático.

Como bem afirma Paul Singer (2001) ao se referir as experiências do cooperativismo revolucionário proposto por Owen, foram fundamentais para o desenvolvimento da Economia Solidária, porque evidenciavam mudanças estruturais e ideológicas, e que essas mudanças têm ligação direta com a luta dos operários e socialistas contra o capitalismo e são essenciais dentro da Economia Solidária.

Logo após o fracasso dos socialistas utópicos vieram os considerados socialistas científicos que tinha como precursor Karl Marx⁴ (1818 - 1883) e Friedrich Engels⁵ (1820 -

Harmonia, no Estado de Indiana. Regressou para a Inglaterra onde faleceu aos 87 anos. Essa foi a vida, resumida, de Owen. Agora vamos pincelar suas ideias, ou melhor, suas ações, afinal, Owen deve ser mais considerado pela sua prática do que suas ideias teóricas, pois não escreveu muito, mas foi muito ativo em experimentos na Europa e na América do Norte. HUGON, Paul. História das Doutrinas Econômicas. 4ª Ed. Editora Atlas S.A.; São Paulo, 1992.

³A colocação de Singer sobre a utopia diz que; o socialismo é uma utopia no sentido estrito do termo: uma visão de sociedade que, atualmente, não existe ainda em lugar algum. Mas, ele não é fruto da imaginação de alguém (como as 'utopias' clássicas), mas das lutas de movimentos sociais e partidos políticos, ao longo dos últimos dois séculos, pelo menos. Neste sentido, trata-se duma utopia em construção, um alvo unificador de inúmeras lutas que poderíamos chamar de libertadoras ou emancipadoras. (Paul Singer, 2012) <https://criticasocialista.wordpress.com/artigos-do-paul-singer/reflexoes-sobre-o-socialismo-paul-singer/>

⁴ Karl Marx (1818-1883) nasceu em Trêves, cidade ao sul da Prússia Renana, na fronteira da França, no dia 5 de maio de 1818. Filho de Herschel Marx, advogado e conselheiro da justiça. Karl Marx (1818-1883) foi um filósofo e revolucionário alemão. Criou as bases da doutrina comunista, onde criticou o capitalismo. Sua filosofia exerceu influência em várias áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Política, Direito, Teologia, Filosofia, Economia, entre outras. (E-BIOGRAFIAS) http://www.e-biografias.net/karl_marx/

1895) que visavam à reformulação da sociedade e não a criação de uma “nova sociedade”. Enfatiza Engels (1985, p.53):

Desse modo, o socialismo já não aparecia como a descoberta casual dum ou outro intelecto genial, mas como o produto necessário da luta entre as duas classes formadas historicamente (...). A sua missão já não era elaborar um sistema o mais perfeito possível de sociedade, mas investigar o processo histórico econômico de que, forçosamente, tinham que resultar essas classes e o seu conflito, descobrindo os meios para a solução na situação econômica assim criada (...). Com efeito, o socialismo anterior criticava o modo de produção capitalista e as suas consequências, mas não conseguia explicá-lo nem podia, portanto, destruí-lo ideologicamente; nada mais lhe restava senão repudiá-lo, pura e simplesmente, como mal.

A grande contribuição de Marx e Engels estava em aprofundar o estudo nas lutas de classes e refletir a fundo sobre o capitalismo para poder estruturar uma maneira de combatê-lo, falha essa deixada pelos socialistas utópicos. Para Marx e Engel, seria preciso dar à devida atenção a classe trabalhadora, que se tornara a protagonista das revoluções sociais. (MELO, 2007).

Paul Singer (2001) definiu de cooperativismo revolucionário, todos os ensinamentos deixados por esses autores e pensadores, os quais tiveram papel fundamental mais tarde para o desenvolvimento do cooperativismo.

3.1. Economia Solidária e os Primeiros Indícios do Cooperativismo

A primeira experiência de cooperativismo foi vivenciada na Europa no século XIX, mais especificamente, na Inglaterra, onde operários se uniram frente ao desemprego causado pela grande revolução industrial, que deixara uma boa parte de trabalhadores excluídos, portanto as cooperativas surgiam como alternativa para desenvolver atividades produtoras entre os cooperados, obedecendo aos valores propostos pelo movimento que estava centrado na igualdade e democracia dentro da ideologia socialista.

Assim fala Paul Singer (2005a, p.83):

⁵ Friedrich Engels foi um importante filósofo alemão. Nasceu em 28 de novembro de 1820, na cidade alemã de Wuppertal. Morreu em Londres, no dia 5 de agosto de 1895. Junto com o filósofo alemão Karl Marx, criou o marxismo (socialismo científico). Engels era integrante de uma rica família. Em 1842, foi morar na Inglaterra para trabalhar na indústria de tecidos do pai, situada na cidade de Manchester. Ao observar às péssimas condições dos trabalhadores na Inglaterra do século XIX, passou a ter uma visão crítica sobre o capitalismo. (MORENO, 2007).

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia sintetizado na ideologia do socialismo.

Foi na Inglaterra no ano de 1844 na cidade de Rochdale, que 28 trabalhadores revoltados com a precariedade das condições de vida, se uniram e formaram a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”. Onde seus princípios estavam centrados na melhoria de condições de vida e de trabalho dos cooperados. Vale destacar que esses princípios têm influência até os dias atuais. (MARTINS, 2006).

Esses trabalhadores aprofundaram alguns princípios já praticados em décadas anteriores, como explica RIQUE (1999, p.5):

Os objetivos imediatos para a fundação de Rochdale foram: A Compra e divisão coletiva de uma cesta de suprimentos (já praticada por outros movimentos); Criação de uma sociedade cooperativa (prática também já conhecida na época) [...] O novo foi quando se tentou encontrar uma solução para a questão “O que fazer com a sobra?”. Para chegar à resposta, os pioneiros articularam uma série de princípios que isoladamente não eram novos, mas que no seu conjunto foram revolucionários: 1º Controle democrático, um sócio, um voto. 2º Adesão aberta de novos membros no mesmo pé de igualdade dos antigos. 3º Juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito. 4º Distribuição de parte do excedente proporcional às compras. 5º Vendas à vista, sem crediário. 6º Vendas só de produtos puros, não adulterados. 7º Neutralidade política religiosa.

Conforme apresenta Guimarães e Araújo (1999) ao término do primeiro ano, a Cooperativa de Rochdale já contava com 74 cooperados e o capital que, inicialmente fora de 28 libras alcançava as 180 libras. Passados onze anos, a quantidade de cooperados atingiu cerca de 1400, contava com três filiais e além de alimentos produziam vestimentas.

A experiência vitoriosa compartilhada pelos trabalhadores da cooperativa de Rochdale tornou essa instituição, a ser um exemplo a ser seguido por outros países, onde os seus sócios seguiam os princípios propostos, e adotavam as regulamentações necessárias para um funcionamento democrático e igualitário. (VEIGA e FONSECA, 2001). As cooperativas foram surgindo em diversas modalidades, tais quais cooperativas de: crédito cooperativas agrícolas, consumo, habitacional entre outras.

Na Alemanha, por exemplo, por volta do ano 1856 surgiu a primeira cooperativa de crédito urbana idealizada por Herman Schulze na cidade Delitzsch. Seu criador defendia que esse modelo de gestão atingiria áreas em que o Estado não consegue atuar, tendo como

características fundamentais: i) a divisão de ganhos entre os associados; ii) o capital social era formado pela quantia que cada um associado tinha a obrigação de dar, para pagar as despesas e não havia distinção de classes, sendo a classe média urbana mais participativa (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2010).

Na França entre tantas experiências, destaca-se a Associação dos Trabalhadores em Instrumentos de Precisão (AOIP), formada na década de 1960 em Paris, onde 64 trabalhadores de uma empresa de Telefonia resolvem se unir e formar sua própria empresa, especializada na fabricação de aparelhos telefônicos de precisão para navios e aviões. Esta experiência, inicialmente, enfrentou grandes dificuldades para seu desenvolvimento, todavia, posteriormente, tornou-se uma das maiores cooperativas da Europa (AOIP, 2003).

As práticas de cooperativas e associações vivenciadas por diversos grupos em todos os países foram à oportunidade que muitos trabalhadores encontraram para sair das dependências das empresas capitalistas, que excluía parte da sociedade e explorava aqueles que por não ter escolha se submetiam aos trabalhos oferecidos.

3.2. A diferença entre a Economia Solidária e a Economia Capitalista

Analisando-se a sociedade e sua evolução, verifica-se o Capitalismo como responsável pelo desenvolvimento de importantes inovações. Todavia, a competitividade trazida por esse sistema político/econômico deixou muitas consequências, as quais inicialmente pareciam benéficas, à medida que os mercados tornaram-se competitivos e os clientes ganhavam por poderem escolher o quê e onde consumir, de forma mais barata (SINGER, 2012).

Todavia, as empresas no intuito de auferir lucros reforçam a existência do lado negativo dessa competição que é quando as empresas começam a investir em novas máquinas e que essas conseqüentemente tomam o lugar de muitos trabalhadores, sem falar nas pequenas e médias empresas que não conseguem acompanhar as tecnologias das grandes empresas e fecham suas portas (RIFKIN, 2004).

A competitividade gerada pelo capitalismo separa a sociedade entre poucos vencedores, que são os detentores de dinheiro e do poder que dominam o mercado e os inúmeros perdedores que são a classe trabalhadora excluída e as empresas que não conseguem se manter no mercado. (SINGER, 2002).

Marx e Engel (1848) em suas colocações sempre mostraram o verdadeiro lado do capitalismo, que está ligado à divisão social, onde o enriquecimento da Burguesia estava calcado sobre a exploração da mão de obra do proletariado. A busca pelo lucro, portanto,

acabaria por gerar um cenário de degradação social, no qual a força de trabalho teria uma remuneração miserável ficando a mercê dos burgueses e a qualquer eventualidade que viesse a modificar o mercado.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho e que só o encontram na medida em que este aumenta o capital. Esses operários, constringidos a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. (MARX E ENGEL, 1848, p.8).

Assim reforça Paul Singer (2002, p.10) ao afirmar que:

O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito a liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho a outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade.

Essa liberdade individual estabelecida pelo capitalismo acaba por gerar dentro das empresas uma competição entre os funcionários, que não é sadia, onde cada um deve buscar fazer o melhor para assim ser reconhecido. A ganancia por cargos ou promoções dentro da empresa toma conta do ambiente de trabalho e o que era para ser um estímulo para um bom desempenho profissional, torna-se um ambiente individualista, onde não existe o bem comum. A busca insana por lucros por parte das empresas faz com que tudo se transforme em mercadorias, a mão de obra é explorada sem pudor e o meio ambiente é destruído incessantemente.

Para Singer (2002) o segredo para se acabar com a desigualdade social e conquistar uma sociedade igualitária, seria possível, à medida que ela fosse solidaria e não competitiva, como se estabelece a sociedade capitalista, pois ao invés de ter uma competição, haveria uma cooperação entre todos, com inúmeros benefícios sendo alcançados.

Arroyo (2008, p. 21) corrobora com Singer (2002) ao dizer que:

Quando a competição sobressai em relação à cooperação, a grande tendência é a exclusão daqueles que fracassam ou não estão aptos, enfraquecendo o ambiente sistemicamente. Em contrapartida, quando a cooperação preside as relações, cria-se um ambiente tolerante e igualitário, tornando possíveis processos de recuperação de economias abaladas.

Portanto, a cooperação é capaz de transformar uma sociedade, onde os que se sentem excluídos tem a chance de se reencontrar, assim, os interesses deixam de ser individuais e passam a ser coletivos, à medida que para se alcançar um objetivo tem que haver uma união

de esforço, esse companheirismo leva a todos uma melhor qualidade de vida, onde não há diferenças.

Contrapondo-se ao modelo capitalista a Economia Solidária é definida por Singer (2002a, p.10) “como outro modo de produção, cujos princípios básicos são: a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica”.

Na visão de Gaiger (2006), nos empreendimentos de Economia Solidária os ganhos auferidos não são direcionados a um detentor exclusivo, como se verifica nos empreendimentos capitalistas, ao contrário ele é dividido entre todos os membros do grupo, e a decisão sobre a alocação dos recursos são tomadas em conjunto, beneficiando tanto o lado pessoal como o coletivo.

Cabe, portanto enfatizar que a Economia Solidária existe para unir, não há espaço para o individualismo. Neste sentido, acolher aqueles que estão desempregados e excluídos da sociedade ou até mesmo os trabalhadores que estão sendo explorados dentro das empresas, e servem para enriquecer uma minoria da sociedade é o seu grande objetivo do capitalismo. Dentro de seus princípios, a Economia Solidária propõe uma sociedade que busca viver em comunhão, onde tudo é de todos e, portanto, devem estar comprometidos com o grupo, pois se um perde todos perdem e se há um ganho ele pertence a todos. A Economia Capitalista não está preocupada em quantos empregos serão tirados ao se colocar uma máquina dentro da empresa, ela se interessa em quanto à produção irá aumentar à medida que a máquina é instalada e em quanto o custo de produção será reduzido, pois o lucro é a mola propulsora, quando existe união de esforço eles são usados para alcançar objetivos isolados, definidos sempre pelo capital.

4. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

As grandes mobilizações sociais que aconteceram em defesa dos trabalhadores e da sociedade civil, sempre surgiram em meio às crises mundiais e no Brasil não foi diferente. Paul Singer um dos principais defensores da economia solidária descreve que a criação desse movimento no país se intensificou depois da crise do petróleo no final da década de 1970, que atingiu fortemente os países latinos americanos (SINGER, 2014).

O Brasil atingindo por não produzir petróleo na época dependia fortemente das importações deste produto e de seus derivados, o que fez a sua dívida externa aumentar consideravelmente. Dentro deste cenário visualizou-se uma recessão econômica que se avolumava, tendo como consequência um alto índice de desemprego e pobreza. Neste sentido, tornava-se fundamental encontrar alternativas para amenizar os efeitos desastrosos dessa crise. (SINGER, 2014)

Foi diante desse cenário de instabilidade no mercado de trabalho que surgiu a Economia Solidária no Brasil, na qual é definida por Paul Singer (2002, p.10) como “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”.

O Ministério do Trabalho e Emprego - MTE reforça essa concepção expondo que a “Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem”. (PORTAL MTE, 2008).

Entre as décadas de 1980 e 1990 com o alto número de falência de muitas empresas as iniciativas de Economia Solidária trouxeram alternativas para as pessoas que perderam seus empregos. Paul Singer em uma entrevista à Agência Brasil em 2013, afirmou que nessa época “O desemprego subiu a patamares nunca vistos, os salários baixaram e houve expansão da pobreza. Nesse contexto é que surge a economia solidária. Ela surge como reação a isso, como estratégia de sobrevivência”.

As iniciativas partiram de início da Igreja Católica através da Cáritas⁶ que começou com um trabalho em defesa dos desempregados, onde atuavam no apoio aos

⁶ A Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 164 organizações-membro da Rede Cáritas Internacional presentes no mundo. Nacionalmente, a Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Está organizada em uma rede com 178 entidades-membros. Atua em 450 municípios, sendo presença solidária junto às pessoas mais empobrecidas.

empreendimentos comunitários, associações e projetos informais, como também dando suporte as famílias com assistência alimentar de primeira necessidade.

No fomento às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional. Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores (as) de materiais recicláveis, pequenos (as) agricultores (as), acampados (as) e assentados (as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais, a Cáritas valoriza e aposta em ações locais, comunitárias e territoriais, em relações solidárias em que a luta por direitos e a construção de um desenvolvimento local e solidário e sustentável caminham juntas. Na atuação em gestão de riscos e em situações de emergências, sendo presença solidária e mobilizadora com ações preventivas e de redução de riscos, a Cáritas busca firmar a importância de atuar na perspectiva de defesa de direitos. Nas lutas emancipatórias, a partir de processos coletivos, organizativos, promovendo o protagonismo de grupos e comunidades, bem como no fortalecimento de iniciativas em redes de articulação, fórum e ações de incidência política, a Cáritas busca animar a construção de espaços de democracia participativa, de inclusão e transformação social. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2013, p.1).

Os sindicatos também tiveram sua participação na proliferação das iniciativas de Economia Solidária no Brasil, onde se destaca a presença deles nas mobilizações e lutas dos trabalhadores, que ficaram sem seus empregos, logo após as empresas em que trabalhavam fecharem suas portas, por consequência desastrosa da abertura comercial do Brasil proposta por Collor (SINGER, 2002).

Neste sentido, os trabalhadores em busca de novas oportunidades uniram-se com o apoio do sindicato e começaram a dirigir a empresa do qual antes eram empregados. A primeira experiência autogestionária foi vivenciada na cidade de Franca em São Paulo, em uma fábrica de calçados. Essa iniciativa recuperou cerca de 450 postos de trabalho, dando origem a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG)⁷, que tem como objetivo de recuperar empresas e manter os postos de trabalho e as rendas dos trabalhadores a partir da autogestão. (ANTEAG, 2008).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), formado em 1984, também foi bastante relevante na luta contra a exclusão social e o total apoio aos trabalhadores rurais e urbanos, onde os principais objetivos do movimento estavam centrados na luta por terras, pela reforma agrária e pelas mudanças sociais em todo país (MST, 2014).

⁷ A ANTEAG, nasceu a partir de uma experiência em Franca - SP (1991) quando uma empresa produtora de calçados foi à falência. Com uma ação ousada e criativa, os trabalhadores, em conjunto com o Sindicato da categoria articularam a experiência autogestionária reabrindo a empresa, reiniciando a produção e recuperando 450 postos de trabalho. <http://cirandas.net/anteag>.

Singer (2012) afirma que o MST atuou na organização da sociedade rural como também com o passar dos tempos deu suporte para as famílias urbanas, para que elas pudessem obter as terras que estavam sobre o controle latifundiário e sem produtividade alguma, assim ao longo de sua trajetória o MST lutou para que o governo permitisse que muitas famílias conseguissem se assentar em terras que seriam utilizadas para reforma agrária.

As famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Destes núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres. (MST, 2014, p.2).

O cenário brasileiro nessa época era bastante trágico, um alto nível de desemprego e de pobreza assolava a população, era preciso buscar soluções que viessem amenizar o estado crítico que viviam essas pessoas, assim foi à iniciativa tomada por Herbert José de Sousa, um Sociólogo e ativista social, conhecido como Betinho, que liderou uma campanha contra fome, na qual teve um grande sucesso, mobilizando muitas pessoas em prol dos mais necessitados.

A mobilização deveria ser intensificada diretamente contra o desemprego, assim a pobreza seria erradicada. Foi assim que surgiram as Incubadoras Tecnológicas que deram suporte aos empreendimentos de fomento de Economia Solidária. Nessa época o nome Economia Solidária, ainda não havia sido formalizado, tendo a primeira Incubadora Tecnológica, surgido no Complexo da Maré, no Estado do Rio de Janeiro, por volta de 1994 (SINGER, 2014).

Como forma de ajudar os moradores daquela região, os professores da Faculdade Nacional de Saúde Pública incentivaram os moradores a formar uma cooperativa, para fugirem do trabalho informal e do tráfico de drogas que assolava toda a comunidade. Recebeu assim, a qualificação, o apoio tecnológico e gerencial. (SINGER, 2014).

O MTE reforça essa questão dizendo que:

As incubadoras de empreendimentos econômicos solidários destinam-se a apoiar e assessorar novos empreendimentos ou fortalecer empreendimentos já criados, oferecendo qualificação e assistência técnica durante o período de incubação. As incubadoras têm se destacado na incubação de empreendimentos, redes e outras modalidades de articulação, na formação de futuros profissionais do campo da economia solidária, e no desenvolvimento do conhecimento e no apoio às ações governamentais e movimentos sociais. (MTE, 1999, p.1)

Singer (2001) coloca que a Economia Solidária defende a democracia dentro das comunidades, cooperativas e associações onde o poder de decisão está sobre a responsabilidade de todos os participantes, e aqueles que forem escolhidos como representantes terão que desenvolver sua competência conforme a vontade estabelecida pelo grupo, caso contrário será substituído.

Contudo, a propagação da Economia Solidária no Brasil só foi possível através das grandes parcerias com as entidades, movimentos sociais e iniciativas de solidariedade, que desenvolveram diversas atividades em benefício da sociedade que passava por um período de recessão, criando alternativas diversas para vencer o mercado capitalista que destruía as pequenas e médias empresas com um alto nível de competitividade, como também diminuía a oferta de trabalho (SINGER, 2002).

A partir das diversas pesquisas realizadas sobre o tema, envolvendo questões como: solidariedade, autogestão e cooperativismo fomentou-se uma discussão. Conforme os pesquisadores, as entidades e os movimentos se reuniam em fóruns e debates, o termo Economia Solidária foi amadurecendo. Com o passar dos anos a Economia Solidária se tornou mais organizada e começou a ganhar mais força e apoio.

Em 2003 foi criado durante o Governo Lula a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Esta iniciativa veio a fortalecer os empreendimentos de Economia Solidária, onde se tomou a iniciativa de mapear todos os empreendimentos solidários no país, com o propósito de organizar e identificar as melhores políticas de iniciativas solidária para essas experiências. O MTE afirma que a SENAES “tem o objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário”. (MTE, 1999 p.3).

As políticas públicas que ao longo dos anos foram sendo fomentadas pela SENAES estão expostas a seguir, cada uma com um objetivo direcionado para as dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos para um melhor desenvolvimento. Assim descrita pela a SENAES (2012, p.17).

- Fomento e assistência técnica a empreendimentos e redes de cooperação: o propósito de Apoio e assessoria sistemática a empreendimentos econômicos solidários na organização de redes de cooperação econômica, diagnósticos, planos de viabilidade econômica, organização da comercialização, logística solidária, aprimoramento da produção e serviços (qualidade, padrão e escala) etc.
- Espaços de comercialização solidária: São bases de serviços de apoio à comercialização dos produtos e serviços da economia solidária: pontos fixos (espaços físicos e equipamentos) de comercialização solidária; assessoria para

adesão ao Sistema de Comércio Justo e Solidário; organização de redes de cooperação; estudos de oportunidades de mercado; assessoria para acesso às compras governamentais (PAA, PNAE etc.).

- Formação para autogestão e qualificação social e profissional: Desenvolver processos educativos para a autogestão e a qualificação social e profissional para os trabalhadores/as da economia solidária com base em estratégias metodológicas participativas, da pedagogia da alternância, de formação em rede e de desenvolvimento de conhecimentos e de tecnologias sociais apropriadas aos empreendimentos solidários.
- Incubadoras de economia solidária: Atividades sistemáticas de apoio, formação e assessoria que percorrem desde o surgimento do empreendimento econômico solidário e que busca, através da troca de conhecimentos, contribuir para a conquista de autonomia organizativa e da viabilidade das iniciativas econômicas.
- Fomento às finanças solidárias: Bancos comunitários, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário como instrumentos de apoio às iniciativas produtivas de caráter associativo e comunitário realizadas por parcela da população sem acesso aos serviços financeiros, promovendo a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento local sustentável solidário.
- Brasil local – promoção do desenvolvimento local e ES: Apoiar a construção de estratégias de desenvolvimento local com base no fomento e fortalecimento de iniciativas econômicas solidárias. O agente comunitário atua na articulação, mobilização e sensibilização das comunidades para que se organizem e acessem políticas públicas.
- Fortalecimento institucional da ES: Fortalecimento das organizações (fóruns e redes) de economia solidária e promoção de iniciativas jurídicas e institucionais de reconhecimento de formas organizativas de cooperação e de trabalho associado com regime tributário adequado: incentivo ao Sistema Nacional de Economia Solidária, lei de políticas públicas de economia solidária, fundos de apoio à economia solidária, etc.

Para que a realização das políticas pudesse ser realizada de maneira mais eficiente e equitativa fez-se necessário o mapeamento dos empreendimentos solidários. A SENAES precisava de uma base de dados que fornecesse as informações necessárias para identificação desses empreendimentos. Assim, criou-se em 2004, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), responsável pelo recolhimento das informações de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento à economia solidária e políticas públicas de economia solidária no Brasil (MTE, 2006).

Os principais objetivos do SIES desde sua formulação foram:

Identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil; fortalecer a organização e integrar redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo e o consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas; facilitar a realização de estudos e pesquisas; dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público. (SIES, 2015, p.2).

Como apontado pelo MTE (2006) o primeiro mapeamento foi realizado em 2005 com cerca de duzentas entidades, as quais se depuseram a dar apoio, e mais de setecentos técnicos e entrevistadores foram a campo para colher as informações em 2.274 municípios do Brasil.

Em um primeiro momento foram identificados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários. A partir desse levantamento, foram identificados: a) os tipos de empreendimentos; b) quais atividades se desenvolviam; c) o modelo de gestão praticado e; d) como também as principais dificuldades que eles enfrentavam para se manter.

Observou-se que dos 14.954 Empreendimentos de Economia Solidária (EES) apontados em 2005, 6.549 estavam localizados no Nordeste, 2.592 na região Sul, 2.144 na região Sudeste, 1.884 na região Norte e 1.785 na região Centro-oeste. A região Nordeste apresentou a maior concentração de empreendimentos. Em 2007 foi realizado um mapeamento complementar que inseriu mais 6.905 empreendimentos totalizando nessa primeira etapa 21.859 empreendimentos (MTE, 2007).

Um novo mapeamento ocorreu entre os anos 2010-2013, onde foram identificados mais 11.663 novos empreendimentos, sendo que além de identificar esses novos, os pesquisadores e entrevistadores voltaram àqueles empreendimentos que já haviam sido cadastrados, e verificou-se que 3.375 empreendimentos não funcionavam mais, 1.905 não atendiam mais aos princípios da Economia Solidária, 2.382 não foram localizados e 6.339 ficaram sem informações, permanecendo no total 7.839 que foram incluídos no mapeamento de 2010-2013, totalizando 19.708 empreendimentos de Economia Solidária, que é composto por 1.423.631 associados (MTE, 2013).

Conforme mostra a Tabela 1, no primeiro mapeamento, destaque para a região Nordeste que dentro dos empreendimentos cadastrados apresentou 43,45%, do total de municípios visitados, os 56,55% restantes, se subdividiu nas demais regiões, onde 16,39 % ficaram na região Sul, 17,89% na região Sudeste, 12,15% na região Norte e 10,12% para a região Centro-Oeste.

Em comparativo com o segundo mapeamento realizado em 2010/2013 algumas regiões obtiveram um pior resultado em relação ao anterior, como foi o caso do Nordeste que apresentou uma baixa de 15,35% nos empreendimentos, e o Sudeste que apresentou uma diminuição de 17,48%. Destaca-se como ponto positivo o comportamento da região Norte, a qual teve um crescimento de 17,73%, enquanto as regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram uma moderada redução, com 8,12% e 8,55% respectivamente.

Tabela 1 Quantidade de Empreendimentos de Economia Solidária por região comparando o mapeamento de 2005-2007 ao 2010-2013.

| Região | Nº EEC 2005-2007 | % | Região | Nº EEC 2010-2013 | % | Variação % |
|--------------|---------------------|-------|--------------|---------------------|------|---------------|
| Nordeste | 9.498 | 43,45 | Nordeste | 8.040 | 40,8 | -15,35 |
| Sul | 3.583 | 16,39 | Sul | 3.292 | 16,7 | -8,12 |
| Sudeste | 3.912 | 17,89 | Sudeste | 3.228 | 16,4 | -17,48 |
| Norte | 2.656 | 12,15 | Norte | 3.127 | 15,9 | 17,73 |
| Centro-Oeste | 2.210 | 10,12 | Centro-Oeste | 2.021 | 10,3 | -8,55 |
| Total | 21.859 | 100 | Total | 19.708 | 100 | -9,84 |

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil. MTE, SENAES 2005-2007 e 2010-2013.

Além das quantidades de EES mapeadas pela SENAES/MTE, o Atlas da Economia Solidária no Brasil⁸ desenvolvido por essas secretarias, fornece diversas informações acerca de Distribuição Regional dos EES por área de atuação (Rural, Urbana, Rural/Urbana) e por Forma de Organização (Grupo Informal, Associação, Cooperativa, Sociedade mercantil), Características de gênero (Homens e Mulheres).

O SIES (2014 p.1) fala da importância do mapeamento para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil.

O resultado deste mapeamento uma considerável base de dados quantitativos para ver o perfil da economia solidária no Brasil e analisar suas capacidades, potencialidades e seus limites, considerando principalmente aspectos como inclusão social pela via da geração de trabalho e melhoria de renda; constituição de redes de comércio e consumo justos; potencial organizativo na formulação de políticas alternativas de desenvolvimento com relações de trabalho mais igualitárias.

4.1. As Principais Características dos Empreendimentos de Economia Solidária.

Para o Ministério do Trabalho e Emprego as principais características da Economia Solidária são:

⁸ O Atlas da Economia Solidária no Brasil é resultado do mapeamento nacional realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

- a. **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc.[...]
- b. **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc.[...]
- c. **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. [...]
- d. **Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. (PORTAL MTE, 2008, p. 2).

A cooperação proposta como um dos princípios de Economia Solidária traz uma transformação para a sociedade, onde essa precisa estar unida e compromissada com os objetivos pré-estabelecidos, e a partir do momento em que todos reconhecem que são partes fundamentais para o desenvolvimento das atividades, juntos poderão alcançar os objetivos individuais e coletivos. Barreto (2003, p.93) faz sua colocação a respeito da Cooperação.

Cultura da Cooperação é o conjunto de práticas e ações sociais, alicerçadas em crenças e princípios positivos, aprendidas, praticadas e partilhadas no grupo, onde cada indivíduo sente-se parte de um mesmo todo, corresponsável pelo bem comum. Nela, a consciência da possibilidade da satisfação de necessidades humanas legítimas através do processo cooperativo, estimula o exercício da empatia e da compaixão, proporcionando sentido e segurança ao grupo, estimulando a autoestima e a confiança mútua.

A autogestão prega a igualdade entre os integrantes, onde todos participam democraticamente de todo o processo produtivo, decidindo o que é melhor para o grupo, não a busca pelo interesse individual, pois não existe patrão ou empregado (SINGER, 2012).

Reforça Paul Singer: “A autogestão, ela pressupõe igualdade de direitos entre todos os sócios, de ter a mesma cota do capital, o mesmo direito de opinar e decidir os destinos do

empreendimento, o mesmo direito de eleger os dirigentes e de ser eleito um deles”. (SINGER, 2012).

A partir das características apresentadas confirma-se que esse movimento torna a sociedade igualitária, onde aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho podem ter uma oportunidade de desenvolver atividades coletivas em várias áreas de atuação, melhorado sua vida pessoal como também contribuindo para o bem coletivo. Como bem enfatiza Gaiger (2003b, p.135):

Os empreendimentos econômicos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito.

Gaiger (2008) ainda ressalta que a Economia Solidária não se restringe em apenas uma saída para o desemprego, ela vai, além disso, onde a união dos esforços entre os trabalhadores e trabalhadoras, proporciona uma melhoria de vida para todos não ficando presa a vida de assalariado.

Ao contrário do que se pensa a economia solidária não é uma simples resposta ao desemprego, inteiramente dependente da dinâmica do mercado de trabalho. Ela se explica por um conjunto de circunstâncias e de motivações dos trabalhadores, tais como o valor que atribuem à reciprocidade comunitária e a opções de trabalho que os liberem do jugo direto das relações assalariadas. (GAIGER, 2008, p.1).

4.2. Cooperativismo e o Associativismo: Fortes Influências para a Classe Feminina.

As lutas sociais contra as consequências deixadas pela Revolução Industrial fizeram com que muitos trabalhadores se unissem e assim formassem uma nova organização de trabalho, ultrapassando os desafios do mercado. Essas transformações proporcionaram mudanças também nas alternativas de contratação, pois novos cargos surgiram e as mulheres foram conquistando seu espaço (DALLER, 2008).

Na visão de Daller (2008), as mulheres foram fortalecendo suas lutas e ao final da década de 2000, passaram a ser destaque onde passaram, conquistando cargos de chefia dentro das empresas que antes eram ocupados apenas por homens. Todavia, as diferenças salariais entre homens e mulheres, mesmo que de forma reduzida ainda eram visíveis.

O cooperativismo surgiu como uma alternativa de inclusão social e oportunidade de trabalho (SINGER, 2000), como provedor de desenvolvimento social e da inclusão no mercado de trabalho. Hoje, faz-se necessário destacar a presença crescente das mulheres nessas organizações.

Como destaca Dra. Stefania Marcone, a Presidente do Comitê de Gênero da ACI (Aliança Cooperativa Internacional)⁹.

As cooperativas são um modelo de empresa que atrai as mulheres. As cooperativas oferecem às mulheres sócias e dependentes oportunidades para participar e influenciar nas atividades econômicas. No mundo inteiro, as cooperativas permitem às mulheres ganhar sua autonomia e consciência de si mesmas por meio da participação, e pegar as oportunidades das quais poderiam ser excluídas (MARCONE, 2009 p.22.)

Dentro dos princípios do cooperativismo destaca-se o trabalho em grupo e a igualdade entre os cooperados, o que vem ainda a fortalecer a luta das mulheres por igualdade de gênero ao longo do tempo, pois dentro dos EES todos os ganhos são divididos igualmente, o direito e deveres de todos são iguais, esse modelo de autogestão, proporciona uma distribuição igualitária e justa.

DALLER (2010, p.17) acrescenta que:

O fundamental princípio cooperativista é ser um instrumento de mudança social, por meio de associação entre iguais com objetivos econômicos comuns. Igualdade de Gênero e de oportunidades nas cooperativas é uma importante estratégia de consolidação dessas mudanças, até que a síntese dê origem a uma nova tese.

No ano de 1995 a Aliança Cooperativa Internacional elaborou um programa que veio a fortalecer as mudanças de igualdade de gênero e o devido reconhecimento das mulheres nas gestões dos empreendimentos cooperativos, denominado de Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe, que apresentou em sua formulação oito áreas de atuação:

Equidade de Gênero; Desenvolvimento econômico e social, levando em consideração a participação equitativa das mulheres nas decisões, nas

⁹ A Aliança Cooperativa Internacional é um organismo mundial que tem como função básica preservar e defender os princípios cooperativistas. Sua sede está localizada em Bruxelas, na Bélgica, e se organiza através de quatro sedes continentais: América, Europa, Ásia e África. Na América, a sede está localizada em San José, capital da Costa Rica. A ACI foi criada em 1895, constituída como uma associação não-governamental e independente reúne, representa e presta apoio às cooperativas e suas correspondentes organizações, Objetiva a integração, autonomia e desenvolvimento do cooperativismo. (COOPERATIVISMO DE CRÉDITO,2014).

responsabilidades e nos benefícios do desenvolvimento; Eliminação da pobreza; Igualdade de participação das mulheres nas tomadas de decisões, no poder, na vida privada e pública; Direitos humanos, paz e violência; Divisão de responsabilidades familiares, reconhecimento da pluralidade cultural da região; Apoio e cooperação internacional; Acompanhamento efetivo por parte das organizações e instituições. (DALLER, 2010, p.2).

As práticas dessas estratégias foram um grande impulso para que novas medidas fossem tomadas em detrimento da classe feminina. Logo após um ano, foi realizado na Costa Rica, a 1ª Plataforma Continental da Mulher Cooperativista, na Assembleia Geral da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, onde foram traçadas novas estratégias para formação de lideranças femininas nas decisões das empresas cooperativas (DALLER, 2010).

Roberto Rodrigues, ao assumir a presidência da ACI em 1997 fez uma declaração em favor da importância da participação das mulheres nas cooperativas, afirmando, “A Aliança Cooperativa Internacional, consciente da importância do papel da mulher nas atividades cooperativistas, está agora empenhada em ampliar sua participação em todas as categorias de cooperativas e no sistema cooperativista mundial”. (Discurso de posse na ACI, Roberto Rodrigues, 1997).

Além das cooperativas vale destacar o papel das associações na vida das mulheres e da sociedade como um todo, embora elas siga o caminho da solidariedade e autogestão, existem algumas diferenças no que tange o modo com que cada uma funciona, na cooperativa, por exemplo, é necessário que haja no mínimo vinte pessoas para a sua formação e por se tratar de uma Sociedade civil/comercial sem fins lucrativos a atividade comercial que irá ser desenvolvida terá que passar por um processo de viabilidade técnica, econômica e financeira, para que a atividade possa beneficiar todos os envolvidos (PAIS, 2009).

Na associação a burocracia é bem menor, não é exigida uma quantidade mínima de associados, mas faz-se necessário a criação de um estatuto social que nele esteja todos os direitos e deveres daqueles que desejam participar da associação e as atividades que serão desenvolvidas. (PAIS, 2009).

As associações surgem como um suporte para as mulheres, que transformam o conhecimento individual em participação coletiva, onde a troca de conhecimentos gera um círculo de aprendizado e essa coletividade ajuda a todas as suportarem as dificuldades do dia a dia e com o desenvolvimento de seus trabalhos podem dispor de ganhos para o sustento familiar e pessoal. Conforme afirma PAIS (2009, p.2):

O Associativismo é fruto da luta pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida de comunidades. Associação é uma pessoa jurídica, devidamente registrada em cartório e constituída livremente pela união de pessoas que, têm um objetivo comum, ou seja, querem a mesma coisa. Essa união acontece pra melhoria das condições de vida do grupo e da comunidade.

Nesse sentido ao se formar uma associação todas devem estar dispostas a formar uma sociedade mais igualitária e justa, assim a associação traz uma maior organização e a união de conhecimentos. E com isso há novas possibilidades de transformações, sobretudo na vida das mulheres que buscam incessantemente uma igualdade de direitos e oportunidades.

O associativismo é definido pelo Ministério da Agricultura como sendo “alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições”. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2015).

A Economia Solidária reconhece quatro tipos de organizações: as cooperativas, as associações, os grupos informais e as sociedades mercantis, tendo todas os mesmos princípios de autogestão, solidariedade e cooperação.

Como apresenta o Atlas da Economia Solidária realizado em 2010/2013, através do mapeamento por tipo de organização, as associações são destaque por apresentar a maior quantidade de empreendimentos cadastrados, dentro dos 19.708 empreendimentos mapeados foram registrados, 11.823 associações que correspondem a 60% do total cadastrado, os 40% restante se subdividiu entre os Grupos informais com 30%, Cooperativas que apresentou 8,8% e as Sociedades Mercantis com 0,6%.

Tabela 2 Empreendimentos de Economia Solidária por tipo de Organização de 2010-2013.

| Forma de Organização | Quantidade | % |
|----------------------|------------|------|
| Grupo informal | 6.018 | 30,5 |
| Cooperativas | 1.740 | 8,8 |
| Associações | 11.823 | 60,0 |
| Sociedade Mercantil | 127 | 0,6 |
| Total | 19.708 | 100 |

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil. MTE, SENAES 2010-2013.

Não há informações suficientes para se chegar com clareza a uma resposta, mas partindo das regras de formação de associação em comparação com as cooperativas, a burocracia é bem menor o que pode ser uma das justificativas para tais diferenças. E como muitas das políticas públicas são direcionadas a essas organizações, e por serem mais simples

de se formar as associações, especula-se que essa pode ser apontada como uma explicação para elas serem maioria.

A formação de um empreendimento solidário trás para a vida das mulheres várias transformações, tanto no lado profissional, pois ao terem a possibilidade de agregar valor as suas mercadorias e ter um espaço para que essas sejam negociadas, faz com que elas possam descobrir talentos que ficariam escondidos dentro de seus lares. Destaca-se ainda a questão da remuneração financeira que amplia a renda familiar. No lado pessoal eleva-se a autoestima e a mulher acaba se sentindo útil e feliz.

Além desses benefícios a participação das mulheres nos EES, traz um fortalecimento às lutas contra as desigualdades de direitos existentes entre homens e mulheres, que ao longo dos tempos foram se instaurando na sociedade.

Ela consiste em primeiro lugar em corrigir as desigualdades provenientes de um acionamento deficiente dos direitos, em auxiliar as mulheres a melhor converter seus direitos formais em direitos reais. Em segundo lugar, ela consiste em completar esses direitos, cuja neutralidade se mostra insuficiente para abrandar as desigualdades provenientes de sua trajetória pessoal, de seu pertencimento de sexo, de seu pertencimento a um grupo social ou a um bairro desfavorecido. (GUÉRIN, 2005, p. 19)

Esse modelo de gestão praticado por movimentos de Economia solidária em que todos participam do processo gerencial da empresa unifica e iguala os gêneros, onde o melhor ou pior não existe, todos tem o direito de expor suas opiniões e tudo é decidido através da democracia.

As participações de homens são a maioria nos empreendimentos solidários, mais a partir dos mapeamentos realizados em 2005-2007 e em 2010-2013 pode-se verificar que a quantidade de mulheres tem aumentado com o passar dos anos. Conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 Participação de Homens e Mulheres nos EES 2005-2007 e 2010/2013.

| Gênero | Quantidade 2005-2007 | % | Quantidade 2010-2013 | % | Variação % |
|----------|-------------------------|-----|-------------------------|------|------------|
| Homens | 1.039.500 | 63 | 803.373 | 56,4 | -22,71 |
| Mulheres | 610.500 | 37 | 620.258 | 43,6 | 1,6 |
| Total | 1.650.000 | 100 | 1423.631 | 100 | 13,71 |

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil. MTE, SENAES 2005-2007 e 2010-2013.

O primeiro mapeamento realizado entre 2005-2007 mostra que as mulheres representavam 37% do total de participantes enquanto os homens eram 63%, já no segundo mapeamento que foi em 2010-2013, verifica-se que a quantidade de homens diminui,

passando a representar 56,4%, ou seja, uma variação de 22,71% na quantidade de homens em relação ao mapeamento de 2005-2007. Já a quantidade de mulheres apresentou um crescimento de 1,6% no mapeamento de 2010-2013.

Os empreendimentos solidários abrem espaço para que as mulheres possam desenvolver suas habilidades, como também a possibilidade de essas assumirem funções de liderança e tendo o devido reconhecimento, o poder de transformação é imenso, pois ao assumir cargos antes ocupados apenas por homens, rompem de vez com a desigualdade de gênero. Como reforça Culti (2004, p.24) “A expressividade das mulheres líderes neste campo, assim como a sua representatividade em setores tidos como masculinos (des)constrói a ideia assimilada socialmente da superioridade masculina nas atividades laborais geradoras de renda”.

Para muitas mulheres, fazer parte da Economia Solidária é ter o direito ao acesso a educação, a saúde, a atividades que gerem renda como também o acesso ao crédito, para que possam desenvolver suas atividades (GUÉRIN,2005), esse acesso possibilita uma transformação pessoal e coletiva.

5. ANÁLISE DE UM EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM GRAVATÁ: ASSOCIAÇÃO CASA DAS MULHERES DE GRAVATÁ.

5.1. Breve Caracterização do Município de Gravatá

O município de Gravatá fica localizado no Agreste de Pernambuco a uma distância média de 85 km da capital pernambucana Recife. É uma cidade que se destaca por seu clima agradável e aconchegante de montanhas, tornando-se assim um refúgio para aqueles que buscam um lugar mais tranquilo para passar as férias e descansar nos finais de semana.

De acordo com o último Censo realizado pelo IBGE em 2010 a população residente do município era de 76.458 habitantes, sendo 89,20% na área urbana e 10,80% na área rural, a divisão por gênero tem como maior representação as mulheres que compreende 51,70% enquanto que os homens 48,30% do total da população. Nas épocas de festas e feriados estima-se que a quantidade de pessoas mais que duplica chegando a atingir cerca de 200 mil pessoas.

O município de Gravatá tem uma diversidade de atividades econômicas que geram emprego e renda para o município. Atraídos pelo clima e pelas festividades os turistas podem usufruir de diversos atrativos, as principais festas são: A festa de Reis, a Semana Santa, o São João e a Festa da Estação, embora durante todo o ano aconteçam vários outros eventos que atraem os visitantes.

Com o grande fluxo de turistas as atividades econômicas que giram em torno do turismo foram sendo estimuladas ao longo do tempo, como é o caso ramo imobiliário que obteve aumento significativo na quantidade de: prives, chalés, condomínios e tantos outros imóveis construídos em torno da cidade para receber cada vez melhor aqueles que buscam um lugar aconchegante para relaxar.

Um outro segmento bastante relevante é a gastronomia que tem cada vez mais se tornado um atrativo. Restaurantes, churrascarias, bares, cafeterias com cardápios diversificados, desde comidas típicas da região como também pratos internacionais que agradam a todos os paladares, podem ser encontrados por toda a cidade.

A fabricação de móveis também se destaca na região onde são produzidos moveis rústicos e semi-rústicos em madeira maciça e os moveis em fibras naturais como: junco, vime, ratã e cana-da-índia que fazem da cidade um verdadeiro polo comercial. O artesanato tem destaque nas bonecas de pano, conhecidas como “Bonequinhas da sorte” que enfeitam

brincos, colares, imãs de geladeiras e tantos outros acessórios, como também os trabalhos realizados pelos artesãos nas peças em couro, madeira e bronze. (TURISMO DO NORDESTE, 2006)

Na Agricultura destaca-se o cultivo do abacaxi, milho, batata doce, macaxeira, tomate, laranja, feijão, banana e mandioca. O cultivo de flores no município vem ganhando força nos últimos doze anos, onde o clima temperado da cidade contribui para o cultivo de flores como os crisântemos, lisiantos, gérberas, liláceas gladiolos, rosas e tangos, que são cultivadas na área rural, onde a produção é escoada para vários estados brasileiros. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2014).

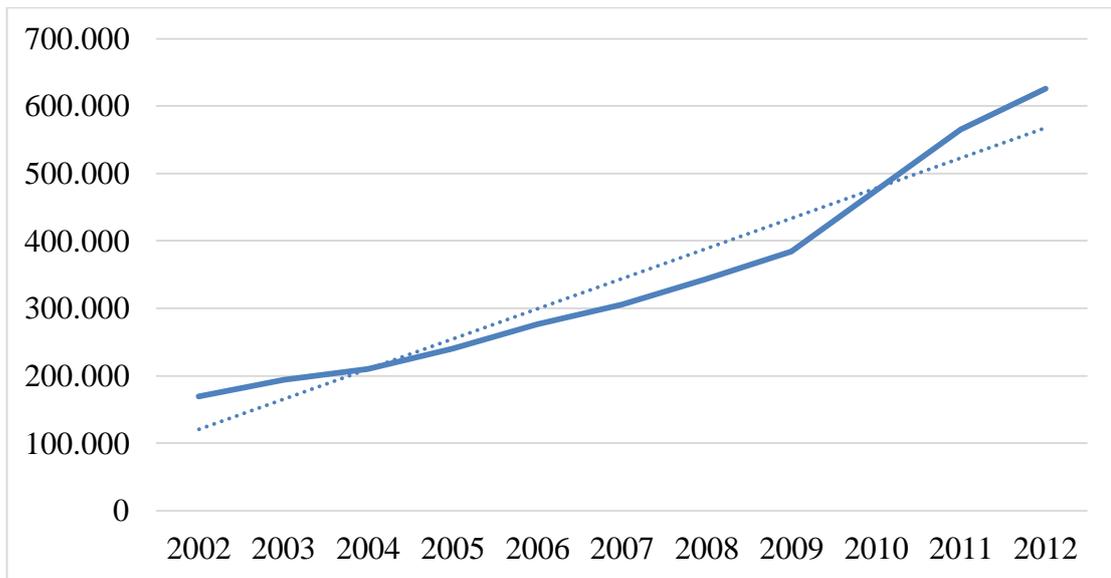
Segundo a Associação Floragreste (2014), no brejo da cidade, 70% da produção agrícola se destina a plantação de flores, enquanto o restante do plantio fica dividido entre a produção de abacaxi com 20% e o cultivo de hortaliças e legumes com 10% do total da produção.

Há vários indicadores que servem de suporte para mensurar o desenvolvimento social e econômico de um país, estado ou município. Para uma melhor caracterização do município de Gravatá, serão expostos alguns indicadores de desenvolvimentos, tais quais: o PIB Nominal, o PIB per capita, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Gini.

Onde o PIB mede a riqueza total da região, levando em consideração todos os bens e serviços produzidos em um determinado período de tempo, pode ser mensurado a nível de cidade, estado ou país, neste caso trata-se a nível municipal, a análise pode ser realizada mensalmente, trimestralmente ou anualmente, o PIB é utilizado para medir o nível da renda e da economia de uma determinada região. (ABRIL, 2009).

Conforme o Gráfico 1 o PIB Nominal da Cidade de Gravatá mostrou um crescimento positivo entre os anos de 2000 e 2012 uma média de crescimento de cerca de 13% ao ano. Verificando o gráfico mais detalhadamente nota-se que o ano de 2010 foi o que apresentou o maior crescimento do PIB com 24% em relação ao ano anterior. O fato dos dados trabalhados nesta monografia serem os nominais significa uma limitação que só não é maior pelo período de análise estar contemplado em um momento de controle inflacionário. Do contrário a análise poderia estar bastante comprometida.

Gráfico 1 Evolução do PIB Nominal de Gravatá no Período 2002-2012.



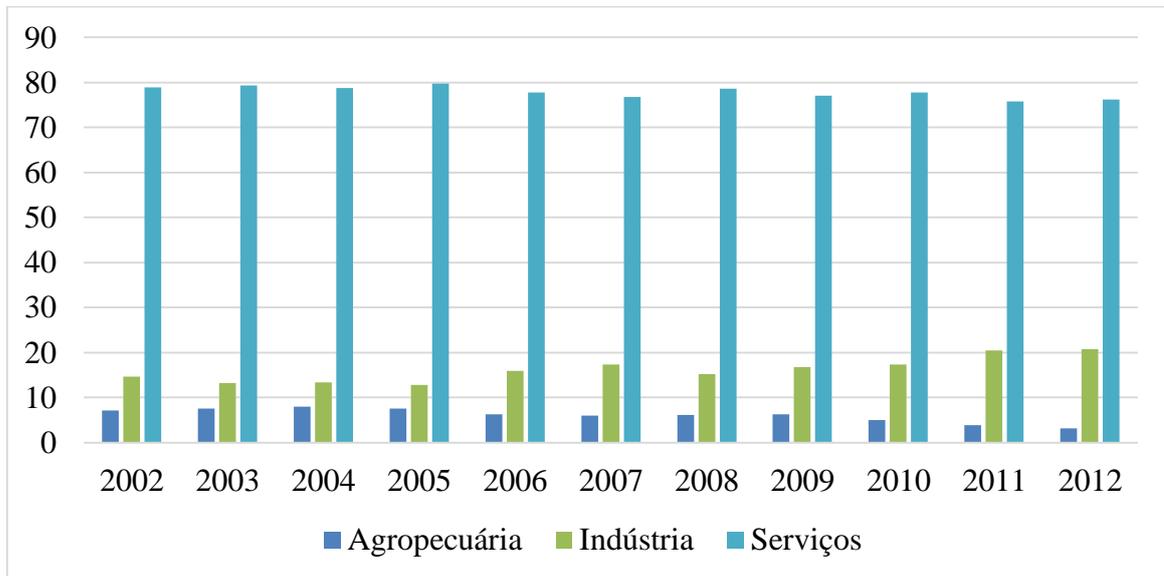
Fonte: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - Agência CONDEPE/FIDEM.
Nota: Ano de referência 2002

Ao avaliar o PIB através das atividades econômicas tem-se uma maior representação de cada setor em relação a riqueza gerada no município. As atividades econômicas que formam o PIB de Gravatá que estão descritos no Gráfico 2 são: o setor Agropecuário, o setor de Serviços e o setor Industrial.

Observa-se no Gráfico 2 que a atividade produtiva do município está concentrada, basicamente, no setor de serviços, o qual corresponde a um media de 77,0% de toda a economia da cidade. A indústria, setor que estimula bastante a geração de empregos, corresponde a 20,0%, sendo seguido pela agropecuária, que é responsável por apenas 3,0% de toda a riqueza produzida no município.

É possível verificar que o setor agropecuário vem diminuindo a sua participação no PIB municipal a cada ano. Em 2002 sua participação era em torno de 7,0% em 2012 alcançou apenas 3,1%. Cabe salientar o crescimento do setor industrial que mesmo apresentando alguns crescimento e decréscimo ao longo do período analisado, em 2012 representou 20,0% do PIB enquanto que em 2002 era de 14,0%.

Gráfico 2 Participação das Atividades Econômicas no PIB do Município de Gravatá no Período 2002-2012



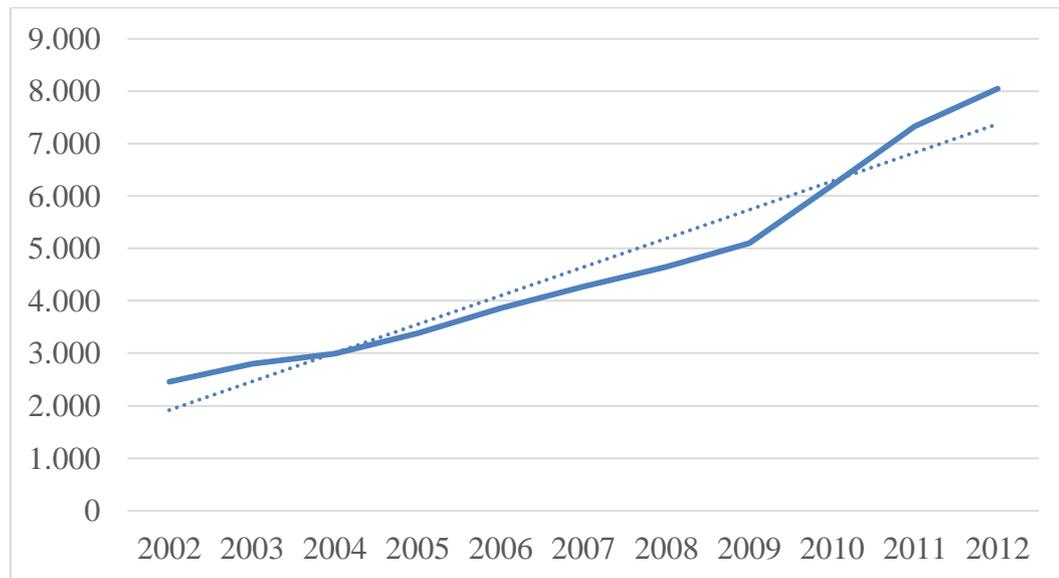
Fonte: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - Agência CONDEPE/FIDEM

Nota: Ano de referência 2002.

O PIB per capita é um indicador de renda onde é utilizado para analisar o nível de renda dos cidadãos com base no PIB. O cálculo do PIB per capita é realizado a parti do somatório de tudo que se produz no país, estado ou município dividido pela quantidade de pessoas residentes na região. (ABRIL,2009)

Observando-se a distribuição per capita da riqueza gerada dentro do município de Gravatá para os anos analisados de 2002 à 2012 conforme mostra o Gráfico 3, registra-se que o município apresentou um PIB per capita crescente, passando de R\$2.453 em 2002 para R\$8.040 registrados em 2012, um crescimento de cerca de 11,4% ao ano.

Gráfico 3 Evolução do PIB Per Capita Nominal de Gravatá no Período 2002-2012

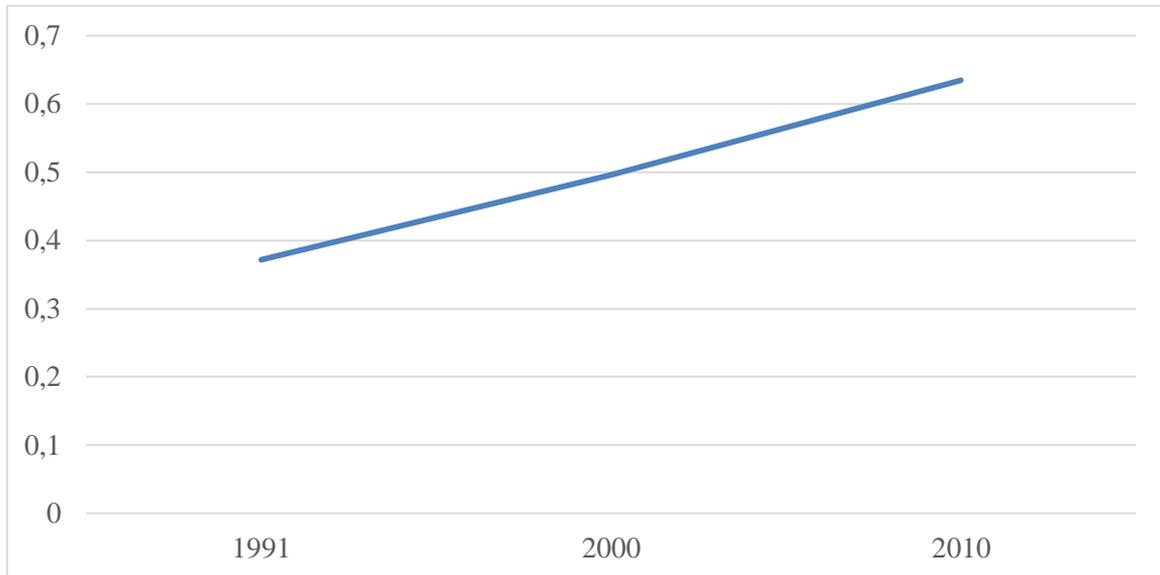


Fonte: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco -Agência CONDEPE/FIDEM.
Nota: Ano de referência 2002.

Embora o PIB e o PIB per capita sejam utilizados para mensurar o nível de renda de uma determinada região, eles não conseguem refletir a realidade do bem estar da sociedade, uma vez que o Brasil possui uma má distribuição de renda, gerando uma concentração de renda o que dificulta essa mensuração. Como afirma Lourenço, (2005, p. 9) “é conveniente ter presente que nem sempre as grandezas, PIB total ou per capita, expressam a disponibilidade de potencialidades econômicas ou de qualidade de vida das populações locais, a não ser quando são fruto da combinação entre expansão da renda e da população e, por extensão, dos níveis de emprego”.

Uma boa maneira de analisar o desenvolvimento social é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM, que é utilizado para mensurar o nível de desigualdade social em que os municípios estão inseridos. O IDHM pode assumir valores entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 maior é desempenho do município em relação a desigualdade social, para que se forme esse índice são feitos estudos que analisam o município em três dimensões que é a Longevidade que está relacionada a possibilidade de se ter uma vida mais longa e saudável, a Educação, que avalia o nível de aprendizado e frequência dos alunos nas escolas e a Renda, que mensura o rendimento municipal dos residentes para manter um padrão de vida essencial. (AGÊNCIA BRASIL, 2013)

Gráfico 4 Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- IDHM nos Períodos 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O Atlas Brasil (2013) estabelece uma escala de níveis para o desempenho dos municípios em relação ao desenvolvimento humano, onde aqueles que obtiverem o resultado entre 0 e 0,499, é considerado com o IDHM muito baixo, baixo entre 0,500 e 0,599; médio de 0,600 e 0,699, alto 0,700 e 0,799 e muito alto entre 0,800 e 1,00. O levantamento realizado por esse estudo permite que os gestores municipais possam formular melhor suas políticas públicas adequando-as a necessidade de cada cidade, como também fornece aos cidadãos uma maior transparência da realidade do município. (ATLAS BRASIL, 2013)

Conforme mostra o Gráfico 4, o IDHM de Gravataá apresentou um forte crescimento. Em 1991 o IDHM era considerado muito baixo, apresentando um índice de apenas 0,372. Em 2000 o crescimento foi de cerca de 33%, alcançando, um IDHM de 0,496. Com um novo estudo realizado em 2010 o IDHM de Gravataá alcançou 0,634, com um crescimento relativo ao ano de 2000 de 28%, chegando a atingir um IDHM médio.

Outro indicador importante utilizado é o Índice de Gini, que serve para mensurar o nível de desigualdade de renda, através da estimativa da renda dos chefes de família. Que através dos resultados de seus cálculos mostram o nível de concentração de renda que cada município detém. Esse índice tem uma variação de que vai de 0 a 1, sendo que quanto mais os valores de aproximarem de “0” significam uma maior igualdade na distribuição de renda, ou seja, todos têm o mesmo rendimento per capita, o contrário acontece, quando se obtém um

valor mais próximo de “1”, onde representa uma concentração de renda para uma determinada parte da sociedade, gerando um alto nível de desigualdade de renda. (IPEA, 2011).

Tabela 4 Índice de Gini no Município de Gravatá para os anos 1991, 2000 e 2010.

| Ano | Índice |
|------|--------|
| 1991 | 0,51 |
| 2000 | 0,55 |
| 2010 | 0,53 |

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada/Fundação João Pinheiro.

Conforme os resultados demonstrados na Tabela 4, mostram que houve um aumento da desigualdade de renda em Gravatá entre os anos de 1991 e 2000, onde o Índice de Gini do município passou de 0,51 para 0,55, um crescimento de cerca de 8%. Com um novo cálculo realizado em 2010, identificou-se um novo cenário onde houve um período de declínio da desigualdade de renda no município onde o Índice de Gini passou de 0,55 para 0,53 de 2000 para 2010 uma variação de 3%. Embora os valores do índice ainda sejam altos, uma trajetória de declínio é fundamental, pois a descentralização da renda é um passo para acabar com a pobreza.

A dinâmica econômica da cidade de Gravatá gira em torno do turismo, que gera uma demanda diversificada de atividades e que exige uma maior comunicação entres os setores governamental, comercial e toda a população local. Com a presença constante dos turistas os setores econômicos mesmo divergentes se interagem afim de atrair cada vez mais pessoas para a cidade.

Assim gerando um ambiente de cooperação, onde por exemplo o setor hoteleiro interage com o gastronômico, que por sua vez articula com os artesãos e o turismo rural, gerando emprego e renda para a sociedade. Com isso há o crescimento de iniciativa que partem dos movimentos sociais, das ONG's e das associações que encontram um espaço propício para expor suas culturas e seus produtos e assim auferir ganhos, como é caso do Círculo Operário de Gravatá, a Associação de Artesãos de Gravatá (AAG), a Academia de Letras e Artes de Gravatá, o Instituto Cultural Gravataense, o Grupo de Apoio aos Meninos de Rua (GAMR) e a Casa das Mulheres de Gravatá, tudo se transforma em um ciclo de desenvolvimento social e econômico para o município, que tem o turista como foco principal.

5.2. Associação Casa das Mulheres de Gravatá

A Associação Casa da Mulher de Gravatá, conhecida como “Casa da Mulher”, foi fundada no ano de 2004. Tem sua sede na Rua José Francisco Fernandes, 202 no Bairro Nossa Senhora das Graças em Gravatá, Pernambuco.

A iniciativa de criar a Associação veio a partir de um convite para algumas mulheres e jovens participarem de um curso de chocolate, na qual a mulher que oferecia o curso fez a proposta de repassar a sua pequena fábrica. Todavia, para que o repasse acontecesse seria necessário, que elas formassem uma associação. Assim, dezoito mulheres da área carente do Bairro de Nossa Senhora das Graças de Gravatá aceitaram o desafio, e iniciaram produzindo chocolates e doces finos, tendo toda a produção sido vendida em menos de uma semana. O sucesso das vendas, fez com que outras mulheres se interessassem a participar também da associação.

A partir de então as mulheres começaram a buscar novos conhecimentos e atividades que pudessem ser agregadas a Associação. Através dos artesanatos com retalhos de pano que elas já desenvolviam em suas casas viram uma grande oportunidade. “As bonequinhas da sorte”, como são conhecidas as pequenas bonecas de retalhos de tecidos que medem aproximadamente dois centímetros, já eram confeccionadas em pequena escala, nas casas das mulheres, mas com a oportunidade de expor em feiras que acontecera na cidade e em outras cidades, elas ganharam a admiração e o interesse de vários comerciantes, assim a produção aumentava a cada exposição, chegando a ser exportada para países como Holanda, Alemanha e Estados Unidos. Além da casa da Mulher, as bonequinhas são confeccionadas por outras associações, como as artesãs da Estação do Artesão e do Ciclo Operário.

Hoje são cinquenta mulheres engajadas nas atividades da Associação, produzindo e vendendo os produtos por elas confeccionados, as vendas são realizadas em feiras, nos Fóruns de Economia Solidária, nas Faculdades e em exposições.

Com o apoio do SEBRAE e do SENAI as mulheres da comunidade começaram a desenvolver outras atividades através dos cursos e oficinas que as instituições ofereciam, como: corte e costura, produção de sabão reciclado, doces artesanais, biscoitos, geleias, licores e artesanato em geral com materiais reciclados. Com essas novas oportunidades de aprendizado muitas dessas mulheres começaram a desenvolver em suas casas essas profissões para gerar uma renda extra.

Além dessas atividades a Casa da mulher, atende cerca de 3600 famílias através dos Programas do Governo, entre eles se destacam:

- PAA¹⁰ (Programa de Aquisição de Alimentos) que beneficia com cestas básicas 200 famílias cadastradas pelo NIS (Número de Inscrição Social);
- Através do PNAE¹¹ (Programa Nacional de Alimentação Escolar) a Casa da mulher fornece as escolas cerca de 750 kg de biscoitos para merenda escolar mensalmente;
- O Programa Leite de todos¹² do Governo Estadual, fornece as famílias através da Associação a distribuição 7 litros de leite semanalmente por cada pessoa cadastrada;
- A Associação Casa das Mulheres, em parceria com os produtores da Agricultura Familiar fornecem as famílias 10kg de verduras e legumes por semana ou quinzenalmente.

O Banco do Nordeste atua no fomento das atividades que as mulheres aprendem nos cursos e as associadas adquirem empréstimos através do Programa Crediamigo¹³, onde cada uma tem direito a uma certa quantia, onde o pagamento fica em parcelas flexíveis e as possibilitam comprar material para desenvolver suas atividades.

Todos os ganhos auferidos das vendas dos produtos confeccionados na associação são destinados primeiramente para cobrir as despesas mensais da Associação e o que sobra é dividido igualmente para as participantes, e todas têm que deixar um valor de R\$ 10,00 por

¹⁰ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006. O objetivo do PAA é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. (MDS, 2010)

¹¹ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. O Pnae tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando determina que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII). (FNDE,2012)

¹² O Programa Leite de Todos foi criado em dezembro de 2000, regido por um convênio firmado entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS e a Secretária de Agricultura e Reforma Agrária, que busca reduzir as deficiências nutricionais das populações carentes, com prioridade para crianças, gestantes e nutrízes, diária e gratuita de um litro de leite fluido pasteurizado por família. <http://www.ceasape.org.br/programa01.php>.

¹³ O Crediamigo do Banco do Nordeste faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal - uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre. O Crediamigo oferece aos empreendedores acompanhamento e orientação para melhor aplicação do recurso, a fim de integrá-los de maneira competitiva ao mercado. <http://www.bnb.gov.br/crediamigo>.

mês que é depositado na conta da Associação. Esse valor arrecadado é utilizado para ampliação ou compra de máquinas para aumentar a produção, e se sobrar algum valor, no final de cada ano é realizado uma partilha entre as associadas.

Os conceitos de autogestão e cooperação que fazem parte dos princípios vivenciados pelos empreendimentos de Economia Solidária são observados na Associação Casa das Mulheres, pois as associadas foram ao longo desses onze anos, descobrindo uma maneira igualitária e justa de produzir e vender, onde todas são responsáveis pela organização da associação, produção dos artesanatos e das atividades desenvolvidas, não existe patrão ou empregado.

Torna-se clara a necessidade de cooperação de todas durante a execução das tarefas para que os objetivos sejam alcançados. Todas as decisões, sejam elas de compra de material, divisão de tarefas, melhorias da estrutura e entradas de novas associadas, são tomadas em grupo de maneira democrática, e todas tem o direito de votar e ser votada.

Para um melhor controle administrativo a cada quatro anos, conforme está no estatuto da associação, é eleita uma nova comissão de mulheres, que assumem os cargos de presidente, vice-presidente, secretária e tesoureira, embora essas mulheres façam parte da comissão administrativa os direitos e deveres diante da associação são iguais às demais associadas.

Além de ganhar uma renda extra, as atividades desenvolvidas na Casa da Mulher, geram benefício para o meio ambiente, com a produção de sabão em barra, que são feitos a partir da reciclagem de óleo de cozinha, onde são arrecadados através das doações dos restaurantes, bares, lanchonetes e das casas dos moradores da comunidade. Dessa forma, evitando a poluição do rio e o descarte impróprio. Como também a produção de artesanatos com garrafas PETI, latas de alumínio, caixas de leite, entre outros materiais recicláveis, que seriam descartados de maneira errada no meio ambiente.

O ambiente cooperativo e participativo vivenciado pelas associadas, faz com que possam dividir suas experiências profissionais como também suas vidas pessoais, onde são compartilhados os seus medos, frustrações, sonhos e desejos, a união é necessária nos momentos de alegria e de tristeza. Como bem refletiu a associada Maria José da Silva “Chego aqui com a mente carregada de problemas, ao longo do dia partilhamos nossas vidas e percebo que a solução está em não desistir, pois não sou a única com problemas.”

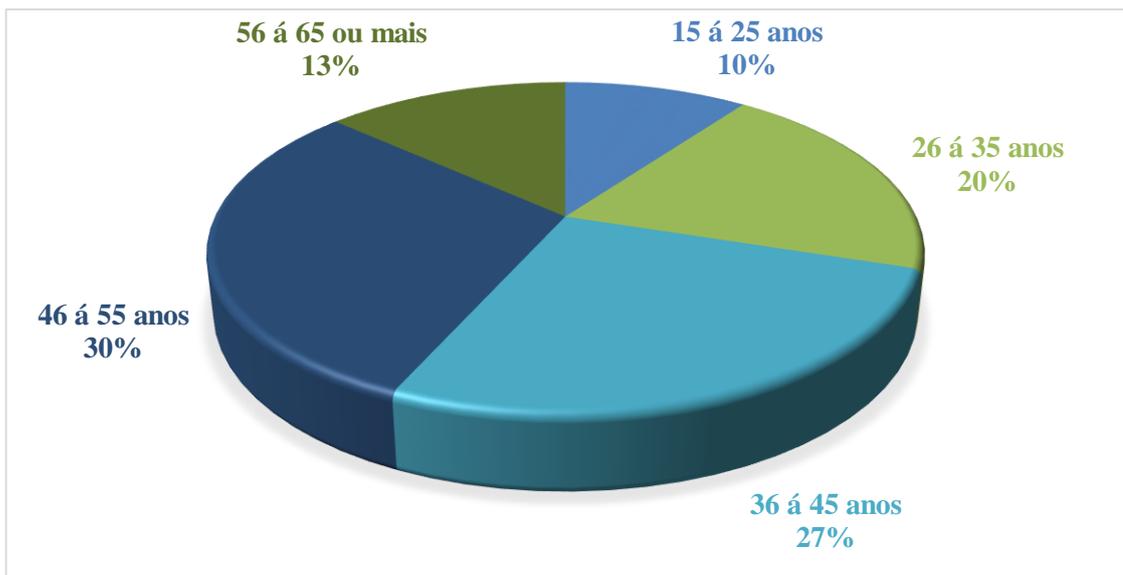
6. RESULTADOS

Com base nas observações e nas entrevistas realizadas com trinta mulheres da Associação Casa das Mulheres de Gravatá pode-se fazer um levantamento do perfil sócio econômico das associadas, como também o impacto do empreendimento solidário em suas vidas. Assim, buscou-se conhecer detalhadamente esse empreendimento de Economia Solidária na prática, tendo como objetivo averiguar os benefícios auferidos por aquelas mulheres que escolheram esse tipo de empreendimento como suporte para renda familiar. A seguir serão demonstrados alguns dados levantados pela pesquisa.

Ao traçar as características das associadas de acordo com a faixa etária, conforme o Gráfico 5, tem-se que 77% das associadas tem idade entre 26 a 55 anos, e os 23% restantes se subdividem em 13% que estão inseridas as mulheres acima de 56 anos e 10% que é relativo a participação dos jovens entre 15 e 25 anos.

A média de idade das associadas fica em torno de 40 anos. Constatase portanto que dentro dos EES não há distinção de idade, há participação de mulheres jovens, adultas e idosas, desde que estejam de acordo com os princípios proposto no estatuto da associação, todas podem participar e usufruir dos benefícios.

Gráfico 5 -Faixa Etária das Associadas Entrevistadas da Associação Casa das Mulheres de Gravatá.

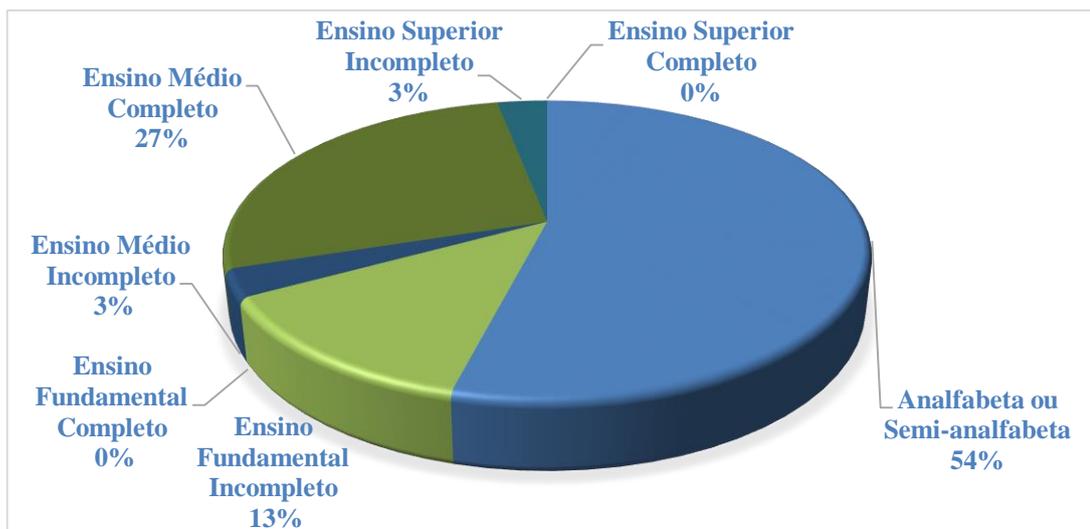


Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Um outro ponto que foi verificado através das entrevistas diz respeito ao nível de escolaridades das mulheres associadas. Diante das respostas pode-se chegar ao resultado exposto no Gráfico 6, onde 54% das mulheres são consideradas Analfabetas ou Semianalfabetas e que essa realidade está mais presente na vida das mulheres acima de 45 anos.

Do restante, 13% chegaram a frequentar a escola sendo que por período muito pequeno, 23% chegaram a concluir o Ensino Médio e apenas 3% começaram a cursar uma Faculdade, embora não a tenha concluído. Constata-se que dentro dos Empreendimentos Solidários ainda existe um nível de escolaridade baixo, justamente esse é um dos pontos que dificulta o desenvolvimento das atividades, pelo fato da maioria não ter leitura, muitas se sentem incapazes de assumir alguns compromissos dentro da associação.

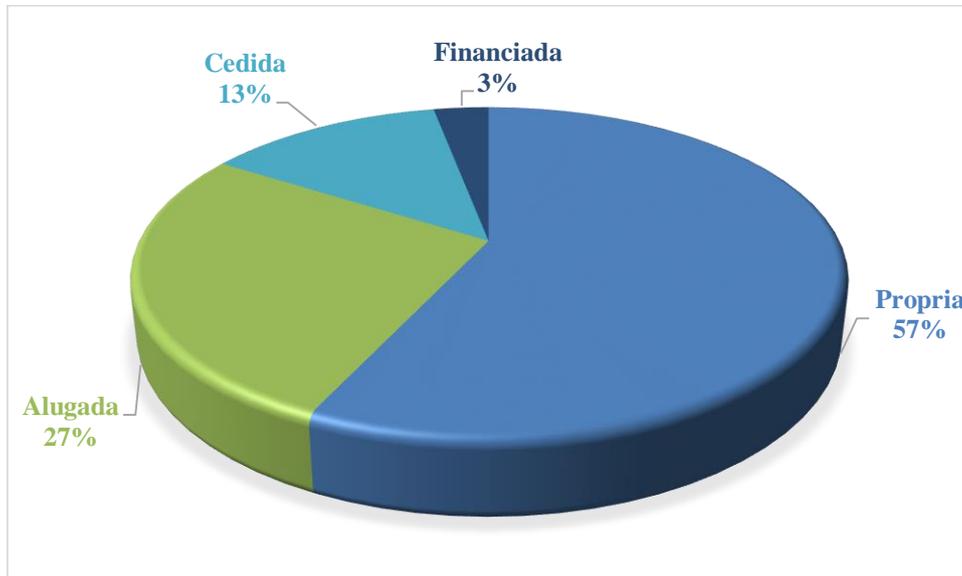
Gráfico 6 Nível de escolaridade das Associadas da Casa das Mulheres de Gravatá.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Um dado importante levantado foi a questão da situação da moradia das mulheres da associação. Conforme mostra no Gráfico 7, a maioria tem sua casa própria, embora em condições não tão favoráveis, pois muitas são invasões em terrenos da prefeitura. Nesse sentido os dados mostram que 57% moram em casa própria, 27% moram com sua família em casas de aluguel, 13% dependem da ajuda de familiares ou moram em casas cedidas pela prefeitura e apenas 3% tem seu imóvel financiado.

Gráfico 7 Situação da Moradia das Mulheres Pertencentes à Associação Casa das Mulheres de Gravatá.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Quando perguntadas sobre a renda familiar mensal o resultado foi bastante relevante, pois como demonstrado na Tabela 5, 84% das famílias das associadas sobrevivem com um ou dois salários no máximo por mês, 13% das mulheres estão em situação desfavorável, em que o sustento da família é abaixo de um salário por mês, e ficam à mercê dos benefícios do Governo e das atividades da associação. Não mais que 3% das entrevistadas obtém uma renda acima de três salários.

Tabela 5 Renda Familiar das Mulheres da Associação Casa das Mulheres de Gravatá.

| Renda Familiar | Quant. | |
|---------------------------|--------------|------------|
| | Entrevistada | % |
| Menos de um salário | 4 | 13 |
| De um a dois salários | 25 | 84 |
| De três a quatro salários | 1 | 3 |
| Cinco ou mais | 0 | 0 |
| Total | 30 | 100 |

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Nesse sentido, foi também perguntado as associadas quem é o principal responsável pelo sustento da família. Obteve-se o seguinte resultado, 43% das mulheres, ou seja, treze das trinta mulheres entrevistadas são responsáveis pelo alimento e manutenção familiar, 57% ficam a cargo de outros familiares. Nota-se que o índice de mulheres chefes de família dentro da associação é bastante elevado. Vale ressaltar que o resultado está ligado ao número de mulheres solteiras e separadas identificadas na entrevista que juntas somaram 43% e possuem uma média de dois filhos que dependem de seus cuidados. As casadas ou que vivem em união estável corresponde a 53% no total de entrevistadas.

Embora muitas ainda dependam de seus cônjuges e de seus familiares para sustentar sua família, a partir dos dados coletados, observou-se que, muitas tem buscado principalmente nos cursos oferecidos pela associação, novas oportunidades de aprendizado. Das trintas mulheres pesquisadas, 67% tem outras fontes de renda, além das atividades da associação e 33% apenas participam da associação e recebem benefícios do governo ou são aposentadas.

Contudo, das vinte mulheres que compõem os 67% que buscam alternativas de ganho extra, trezes desenvolvem atividades que foram ensinadas através dos cursos e das oficinas aplicadas na associação, conforme afirma a associada Joselma Luzinete “Aqui eu aprendi uma profissão, hoje tenho como me manter e dar uma condição melhor para meus filhos”. Ela confecciona artesanato e faz chocolates trunfados para vender nas escolas.

Quando questionada a respeito das dificuldades enfrentadas por elas para um melhor desempenho da associação, várias discursões foram levantadas, mais entre as mais comentadas destacam-se: a) no âmbito interno a grande dispersão das associadas, que muitas vezes não cumprem com suas tarefas deixando as outras sobrecarregadas; b) a inadimplência na taxa que todas têm que deixar todo o mês na associação; c) a falta de uma especialização na área administrativa para todas as associadas.

Tratando-se do âmbito externo foram colocados: a) a falta de apoio do Governante Municipal, que não dá apoio financeiro e nem um espaço no comercio para que as mulheres possam expor seus produtos; b) a relutância de alguns restaurantes para doar o óleo vegetal para reciclagem, como também a falta de estrutura para que os produtos sejam confeccionados de maneira mais eficiente e assim possam agregar mais valores.

Na busca por uma solução muitas naturalmente responderam que, embora o apoio dos governantes seja falho, é preciso que haja primeiramente um esforço maior dentro da própria associação, como bem afirma a associada Laura Josefa da Costa “Não adianta ter o apoio da prefeitura, se dentro da associação tudo estiver desorganizado, é preciso arrumar a casa primeiro”.

Outra colocação bastante importante veio da atual Presidente da Associação Casa das Mulheres de Gravatá, a senhora Bernadete Barbosa de Aguiar, na qual afirma, que “Precisamos de melhorias em todos os aspectos mais se continuarmos esperando que a solução venha até nós vamos continuar do mesmo jeito, é preciso levantar e lutar por mais cursos e mais oportunidades diante da sociedade”.

Apesar das grandes dificuldades enfrentadas por essas mulheres para a continuidade da associação, quando são perguntadas sobre qual o significado da associação em suas vidas, é notório a satisfação e amor que elas possuem por esse espaço.

“Participar da associação pra mim é poder descobrir a cada dia uma nova maneira de melhorar de vida, não apenas na questão de dinheiro, mas da própria vivência com a minha família, aprendo com minhas companheiras e elas aprendendo comigo”. (Elisângela Maciel Coelho, Associada da Casa da Mulher)

“Me sinto muito realizada, o que aprendo aqui levo pra minha vida lá fora, quando distribuimos as feiras para as outras famílias, é bonito de ver na cara deles a felicidade, a associação é importante pra mim e pra toda a comunidade, aqui me sinto útil”. (Maria de Lourdes Neri, Associada da Casa da Mulher)

“Daqui tiro o complemento para minha família, viver com um salário mínimo é muito difícil, então a associação é o meu refúgio, o que ganho aqui ajuda a criar meus filhos, e poder aprender uma profissão foi maravilhoso pra mim”. (Ana Severina de Lemos Silva, Associada da Casa da Mulher).

Os dados levantados mostram que além de gerar melhorias na vida das mulheres na questão de ser um complemento na renda, a Associação Casa das Mulheres de Gravatá tem o poder de transformar a vida pessoal dessas mulheres incentivando e influenciando-as na busca por uma vida mais digna e autônoma.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a relevância da Economia Solidária como alternativa de geração de renda, igualdade de gênero, diminuição da pobreza e da inclusão social, este trabalho esteve centrado em apresentar a influência desses tipos de empreendimento na vida das mulheres que por diversos motivos estiveram fora do mercado de trabalho e encontraram através desses empreendimentos uma razão de lutar por melhorias de vida e realização pessoal.

Através dos dados apresentados e do contato mais próximo com as mulheres que participam da Associação Casa das Mulheres de Gravatá, foi possível verificar que mesmo não tendo a maioria estudos, elas conhecem os princípios de Economia Solidária e buscam no seu dia-a-dia levar esses ensinamentos para as suas vidas, onde elas reconhecem o poder transformador da solidariedade e da cooperação.

Percebeu-se, então, que os empreendimentos de Economia Solidária além possibilitar que as mulheres tenham um complemento em suas rendas, possibilitam a elas oportunidades de se redescobrirem diante da sociedade, muitas dessas mulheres já tiveram outras experiências de trabalho, na qual muitas vezes tinham que se submeter as ordens de patrões que nem as respeitavam como ser humano e por ter que sustentar sua família eram obrigadas a tal humilhação; outras porém nunca tiveram experiências de trabalho, viviam para os afazeres domésticos.

O modelo de trabalho autogestionário tem conseguido redesenhar as condições de trabalho das associadas, onde todas participam de todo o processo produtivo e se sentem realizadas por ter a capacidade de elaborar atividades que antes eram inacessíveis, como costurar, fazer doces e a transformação do que antes era visto como lixo e hoje se transformam em belíssimos artesanatos.

Assim como Guérin (2005) afirmou que para muitas mulheres fazer parte de um empreendimento solidário, é poder ter a oportunidade a uma educação, a saúde, o acesso ao crédito, e a um trabalho mais digno. É o que pode ser verificado na Casa da Mulher, as portas das oportunidades foram se abrindo a medida que as mulheres foram em busca do aprendizado e da informação.

Na associação elas não são apenas ensinadas a confeccionar seus artesanatos e doces, como também são ensinadas a formar o preço de seus produtos, como também a melhor maneira de comercializar. A prática desses ensinamentos tem possibilitado a integração cada vez maior entre as associadas e o desenvolvimento delas como pessoas, todas aprendem

juntas, desta maneira não existe uma melhor que a outra, com isso conseguem aumentar sua autoestima e autoconfiança, se tornando mais participativas para as tomadas de decisão, no trabalho e inclusive em suas próprias casa.

Torna-se relevante também enfatizar o quão importante são as políticas públicas que auxiliam e fomentam esses empreendimentos. Na Associação Casa das Mulheres de Gravatá elas contam com o apoio do Governo Federal e Estadual, nos programas que as possibilitam conseguir uma cesta básica, a verdura da semana e tantos outros benefícios.

Como foi enfatizado pela maioria das mulheres, falta o apoio do Governo Municipal para que elas possam levar suas mercadorias para outras cidades. O apoio das instituições como o SEBRAE e o SENAI, que trazem o conhecimento técnico e administrativo, possibilitam uma maior segurança para as associadas no modo como elas devem agir para produzir seus produtos de maneira mais eficiente e sustentável. O crédito disponível através do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste, tem viabilizado uma maior autonomia para a associação, pois assim elas não ficam presas as doações e aos projetos do Governo, podem comprar seus materiais e produzir suas mercadorias, tornando-as mais independentes.

É perceptível ver que o desenvolvimento da Casa da Mulher tem sido uma ação transformadora, não apenas para a vida das mulheres que decidiram pelo trabalho coletivo, as ações sociais que são executadas na associação, não apenas trazem benefícios para as cinquenta associadas, esses benefícios se estende por toda a comunidade, hoje são 3600 pessoas cadastradas e que participam ao menos de um dos programas que vem para a associação.

Como bem foi colocado pela associada Rosinalva Bezerra de Araújo “Aqui com o nosso trabalho consigo o sustento da casa, o melhor é saber que outras famílias que vivem em situação difícil, pelo menos conseguem garantir o leite da semana ou a cesta básica que é dada pelo governo”.

Os resultados obtidos nesse trabalho corroboram com o pensamento de Paul Singer onde ele coloca que “A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes.”. Onde ao participarem de um empreendimento autogestionário, as mulheres encontraram além de uma oportunidade de ganho, uma transformação benéfica em suas vidas, pois os valores humanos e sociais a elas apresentados transformaram suas consciências e seus comportamentos, tornando-se mais autoconfiantes, seguras e realizadas.

8. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Índice de municípios brasileiros com IDHM médio e alto chega a 74%**. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-29/indice-de-municipios-brasileiros-com-idhm-medio-e-alto-chega-74>. Acesso em 03/08/2015.

AOIP,2003. **História Social da Associação dos Instrumentos de Precisão em trabalhadores**. Disponível em: <<http://www.aoip-scop.fr/intro.htm>>. Acesso em 03/07/2015.

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária. **Autogestão**, 2008. Disponível em:< <http://cirandas.net/anteag/>>. Acesso em 12/07/2015.

ARRUDA, Marcos. [12/1996, revisto em 99], Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social.

ARROYO, João Carlos Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. p. 21. ISBN 85-7643-022-3

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

BARRETO, André A. V. **Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária**. In: SOUZA, A. R. et al. (Org.). Uma outra economia é possível. São Paulo: Contexto, 2003. p. 287– 314.

BELLUZZO ,LGM, **Prefácio a Crise e Trabalho no Brasil**; Carlos Alonso B. de Oliveira(org) Editora Scritta, São Paulo 1996. p.10.

CÁRITAS BRASILEIRA, **Quem somos e Histórico**. Disponível em: <<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>>. Acesso em 08/06/2015.

CEASA Pernambuco. **Programa Leite para todos**. Disponível em: <<http://www.ceasape.org.br/programa01.php>>. Acesso em 26/07/2015.

CULTI, Maria Nezilda. **Mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos**. Texto aceito para apresentação no IV Congresso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas. 2004. p.24.

DALLER, Vera Lúcia. **Igualdade de Gênero: estratégia de desenvolvimento do cooperativismo e associativismo**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Brasília: MAPA/SDC, 2008.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Gravatá agora é a terra das flores**. 2014. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2014/11/16/internas_economia,542880/gravata-agora-e-a-terra-das-flores.shtml> Acesso em 29/06/2015.

E- BIOGRAFIAS. Disponível em: http://www.e-biografias.net/karl_marx/. Acesso em 05/06/2015.

ENGELS, Friederich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 7.ed. São Paulo:Global, 1985.pag. 53.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação(FNDE). **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)**. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em 27/07/2015.

GAIGER, Luiz Inácio. **Economia solidária 2. 2008**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=170>>. Acesso em 08/08/2015.

GAIGER, Luiz Inácio. **Empreendimentos econômicos solidários** In: CATTANI, Antônio. (Org.) A outra economia. Editora Veraz. Porto Alegre, 2003b.

GAWLAK, Albino. **Cooperativismo: primeiras lições**/Albino Gawlak, Fabiane Ratzke. 3a. Ed. Brasília: SESCOOP, 2007.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p.11-30.

GUIMARÃES, Mário Krue; ARAÚJO, Adilson Tadeu de. **Ensino de Cooperativismo à Distância**. 1ª ed. Brasília: CONFEBRÁS, 1999.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 4ª Ed. Editora Atlas S.A.; São Paulo, 1992.

IPEA, **Evolução da desigualdade no rendimento domiciliar per capita nos municípios brasileiros**. Novembro de 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/111110_comunicadodoipea120.pdf>. Acesso em 01/08/2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=26>>. Acesso em 01/08/2015.

LOURENÇO, G. M. **A dimensão econômica dos municípios brasileiros**. Análise Conjuntural. Curitiba, v. 27, n.5-6, p., mai/jun 2005.

MARX, K. (1974). **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores).

MARX. Kal. **Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels (1848)**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/manifestocomunista.htm>>. Acesso em 14/07/2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Cooperativas de Trabalho**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MELO, Ana Beatriz. **Novos movimentos sociais e economia solidária: uma breve cartografia da autogestão como processo de subjetivação**. Dissertação de Psicologia – PUC/MG, 2007.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Associativismo Rural**. 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>. Acesso em 22/06/2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME(MDS). **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 23/07/2015.

MORENO, Ricardo. **Friedrich Engels e a Ciência Contemporânea**. Editora: Edufba 2007.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Nossa História**. 2014. Disponível em <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>> Acesso em 10/06/2015.

_____. **Quem somos**. 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>> Acesso em 11/06/2015.

REDE BRASIL. Brasil debate. Paul Singer. **Economia solidária se aproxima das origens do socialismo**. 24/12/2014. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/12/missionario-da-economia-solidaria-paul-singer-a-compara-ao-socialismo-4852.html>>. Escrito por GUIMARÃES, Joel dos Santos, QUENTAL, Paula.

PAIS. Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. **Manual de capacitação da tecnologia social**. - Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009.

PORTAL do Cooperativismo de crédito. **Histórias do Cooperativismo**. Disponível em:<<http://cooperativismodecredito.coop.br/historia-do-cooperativismo>>.01/05/2015

_____. **Regras do Cooperativismo**. <http://cooperativismodecredito.coop.br/entidades-de-representacao/aci>. 05/05/2015

PORTAL MTE. **O que é Economia Solidária? 2008**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>> Acesso em 11/06/2015.

_____. Fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários. **1999. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/fomento-a-incubadoras-de-empreendimentos-economicos-solidarios.htm>> Acesso em 11/06/2015.**

REVISTA ABRIL. **PIB -Produto Interno Bruto**. 2009. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/pib/produto-interno-bruto-pib.shtml>. Acesso em 22.07.2015.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo**. São Paulo, SP: M. Books, 2004. 340 p. In.

RIQUE, Mônica (1999). **Os pioneiros de Rochdale e os princípios do cooperativismo**. In: Integrar Cooperativas. São Paulo, Unitrabalho/CUT.

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. 2015. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/sies>>.

SINGER, Paul. **Reflexões sobre o socialismo**, 2008. Disponível em: <<https://criticasocialista.wordpress.com/artigos-do-paul-singer/reflexoes-sobre-o-socialismo-paul-singer/>>. Acesso em 02/06/2015.

SINGER, Paul. **Economia solidária: possibilidades e desafios**, 2001. Disponível em: [http://www.logolinkla.org/conteudos/documentos/PaulSinger_port\(1\).pdf](http://www.logolinkla.org/conteudos/documentos/PaulSinger_port(1).pdf). Acesso em 11/06/2015.

SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. In: SINGER, Paul; SOUZA, André R. (orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000a. p.11-28 e 2001.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura Souza (Org.). *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a. p. 81-129.

SINGER, Paul . In: CUT BRASIL. **Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**.São Paulo: CUT, 1999. p. 23-28.

SINGER, Paul. **SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BNES**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAE0EAD416BD/SEMIN%C3%81RIO%20SOBRE%20ECONOMIA%20SOLID%C3%81RIA%20NO%20BNES.pdf>>

SINGER, Paul. **A contribuição da economia solidária para a autonomia das mulheres**. 46 Paul Singer Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. 112p.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a. Disponível em:<http://www.numiecosol.ufscar.br/documentos/textos-economia-solidaria/introducao-a-es_paul-singer>. Acesso em 29/05/2015.

SOUSA, Rainer Gonçalves de. **Socialismo Utópico**. 2010. Brasil Escola. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/historiag/socialismo-utopico.htm>>. Acesso em 25/07/2015.

TURISMO DO NORDESTE. **Município de Gravatá**. 2006. Disponível em: <http://www.turismodonordeste.com/gravata.htm>. Acesso 22.07.2015.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A / Fase, 2001.

() Mais de dois salários mínimos

7 – Você é responsável pelo sustento da família?

() Sim () Não

8- Além da atividade na Associação você exerce outra atividade remunerada? Qual?

() Sim () Não

9 – Quais são as instituições e empresas que ajudam a associação?

10 – Para você quais são as principais dificuldades para o desenvolvimento da associação (Internos e externos)?

11 – Em sua opinião o que poderia ser feito para melhorar a situação da Associação?

12 – Quais são os benefícios que vocês recebem do:

Governo Federal _____

Governo Estadual _____

Governo Municipal _____

13- Qual o significado da Associação Casa das Mulheres em sua vida?
